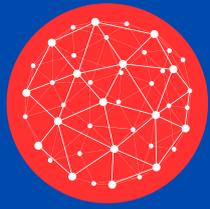


REVISTAEXTENSAO.UPE.BR



# REUPE

REVISTA  
DE EXTENSÃO  
DA UNIVERSIDADE  
DE PERNAMBUCO

**DOSSIÊ : O USO DE  
TECNOLOGIAS COMO  
MEDIÇÃO NA EXTENSÃO  
UNIVERSITÁRIA**

**RELATOS DE EXPERIÊNCIA NAS  
ÁREAS SOCIOAMBIENTAL E  
JURÍDICA**



ISSN: 2675-2328

**VOL. 08 N.02 2023**



## EXPEDIENTE

VOLUME.8 N.2 - 2023

## CORPO INSTITUCIONAL DA UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO

**REITORA** PROF.<sup>a</sup> DR.<sup>a</sup> MARIA DO SOCORRO DE MENDONÇA CAVALCANTI

**VICE-REITOR** PROF. ME. JOSÉ ROBERTO DE SOUZA CAVALCANTI

## PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA

**PRÓ-REITOR** PROF. DR. LUIZ ALBERTO RIBEIRO RODRIGUES

### COORDENAÇÕES

**GERAL DE EXTENSÃO** PROF. DR. ODAIR FRANÇA DE CARVALHO

**GERAL DE CULTURA** PROF. DR. RENAN CABRAL DA SILVA

**ESPORTES E LAZER** PROF. DR. ALAN QUEIROZ

**MÍDIAS PEDAGÓGICAS** PROF. DR. RAPHAEL FRANÇA E SILVA

**PEDAGÓGICA** PROF.<sup>a</sup> MA. ROSA MARIA FARIAS TENÓRIO

## EQUIPE EDITORIAL

**EDITOR CHEFE** PROF. DR. RENAN CABRAL DA SILVA

### EDITORA ASSISTENTE

PROF.<sup>a</sup> DR.<sup>a</sup> MARIA REJANE FERREIRA DA SILVA

**EDITORA DE SEÇÃO** PROF.<sup>a</sup> DR.<sup>a</sup>. DANIELA SIQUEIRA LOPES

### SECRETARIA

CLÁUDIA VELOSO

LUCIANA OLIVEIRA

### PROJETO GRÁFICO

RENAN CABRAL DA SILVA





## EXPEDIENTE

VOLUME.8 N.2 - 2023

## CONSELHO EDITORIAL

- AMANDA ALVES MARCELINO DA SILVA - UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO
- ANA RITA VALVERDE PEROBA - UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI
- ANDREA KARLA PEREIRA DA SILVA - UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO
- ADRIANA ANTONIETA ROMERO SANDOVAL - UNIVERSIDADE INTERNACIONAL DO EQUADOR - UIDE
- ANTÔNIO FELIX DA SILVA FILHO - UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO
- DANIELLE FERNANDES RODRIGUES - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
- EDILENE MARIA DA SILVA BARBOSA - UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO
- ELISABETH LIMA DA CRUZ - UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO
- EMILIA RAHNEMAY KOHLMAN RABBANI - UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO
- EUGENIA OPAZO URIBE - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
- EZEQUIEL CONSIGLIO - INSTITUTO DE SALUD COMUNITÁRIA, UNIVERSIDAD NACIONAL DE HURLIGHAM - ARGENTINA
- FAGNER CAVALCANTE PATROCÍNIO DOS SANTOS - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
- FELICIALE PEREIRA DA SILVA - UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO
- HECTOR JAVIER SANCHES - COLEGIO DE LA FRONTERA SUR DE MÉXICO - ECOSUR
- HELENA PAULA DE BARROS SILVA - UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO
- HERIKA DE ARRUDA MAURÍCIO - UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO
- HIRAN FERREIRA LIRA - UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO
- INDIANA MERCEDES LOPEZ BONILLA - UNIVERSIDAD NACIONAL DE NICARÁGUA/LEÓN - NICARÁGUA
- IZABELE SOUZA BARROS - UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO
- JACQUELINE ELIZABETH CEVALLOS SALAZAR - PONTIFICIA UNIVERSIDAD CENTRAL DO EQUADOR - PUCE
- JERONIMO FAUSTINO REGO FILHO - UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO
- LINA RAQUEL SANTOS ARAÚJO - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
- LUIZ GOMES DA SILVA NETO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
- LUIZ GUTENBERG COELHO JUNIOR - UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO
- LUIZA VANESSA - ESCOLA SUPERIOR DE SAÚDE DE ARCOVERDE
- MARCOS DE OLIVEIRA GONÇALVES TOLEDO - UNIVERSIDADE DE UBERABA

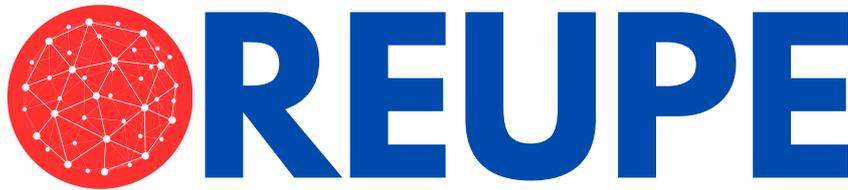
## EXPEDIENTE

VOLUME.8 N.2 - 2023

## CONSELHO EDITORIAL

- MARIA AMÁLIA OLIVEIRA DE ARRUDA CAMARA - UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO
- MIGUEL MARTIN MATEO - UNIVERSITAT AUTÒNOMA DE BARCELONA
- MILENA BEATRIZ LOUBACH - UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS
- NADJA MARIA MOURÃO - UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS
- NATÁLIA CRISTINA ROMERO SANDOVAL - UNIVERSIDADE INTERNACIONAL DO EQUADOR - UIDE
- PABLO AURÉLIO LACERDA DE ALMEIDA PINTO - UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO
- PILAR ÀVILA CASTELLS - FACULTAT D'INFEREMERIA DE LA UNIVERSITAT DE GIRONA E XARXA DE SALUT MENTAL DEL PARC HOSPITALARI MARTÍ I JULIÀ. SALT/ GIRONA
- RAICK DE JESUS SOUZA - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
- RAFAEL DAVID SOUTO DE AZEVEDO - UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO
- SERGIO ALVARADO ORELLANA - PROGRAMA BIOESTADISTICA, INSTITUTO DE SALUD POBLACIONAL, FACULTAD DE MEDICINA, UNIVERSIDAD DE CHILE
- SIBELE RIBEIRO DE OLIVEIRA - CENTRO UNIVERSITÁRIO ASCES UNITA
- SUELY EMÍLIA DE BARROS SANTOS - UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO
- SORAYA ARAUJO UCHOA CAVALCANTI - UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO
- VIRGÍNIA PEREIRA DA SILVA DE AVILA - UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO





REVISTA  
DE EXTENSÃO  
DA UNIVERSIDADE  
DE PERNAMBUCO

## **SOBRE A REVISTA**

Publicada pela Pró-Reitoria de Extensão, a Revista de Extensão da Universidade de Pernambuco - REUPE - é um periódico multidisciplinar (em sistema de duplo-cego de avaliação por pares) dedicado à extensão universitária, acolhendo entrevistas, artigos, relatos de experiência, ensaios visuais e resenhas. Nos últimos anos, a revista vem se consolidando no panorama intelectual da educação brasileira, apresentando experiências inspiradoras e análises relacionados à extensão universitária, que apresentam interface com o ensino e pesquisa. A revista aceita textos em português, espanhol e inglês.

## **PALAVRAS-CHAVE**

Extensão Universitária; Divulgação científica; Publicação em extensão

## **CONTATO**

Telefones: 81 3183 3652 - 81 3183 3764

E-mail: [revista.extensao@upe.br](mailto:revista.extensao@upe.br)





## ÍNDICE

### EDITORIAL - 09

### DOSSIÊ - O USO DE TECNOLOGIAS COMO MEDIAÇÃO NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

#### ***USO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS NA MEDIAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA- 11***

RAPHAEL DE FRANÇA E SILVA E LUIZ ALBERTO RIBEIRO RODRIGUES

#### ***EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E MEDIAÇÃO TECNOLÓGICA: SOBRE QUAIS TECNOLOGIAS ESTAMOS FALANDO? - 20***

EVANDRO SALVADOR ALVES DE OLIVEIRA, ETEVALDO ALMEIDA SILVA E JULIENE REZENDE CUNHA

#### ***ATIVIDADES DE EXTENSÃO MEDIADAS POR TECNOLOGIA NA UNIVERSIDADE DE RIO VERDE E PÚBLICO ENVOLVIDO: RELATO DE CASO - 37***

ALBERTO BARELLA NETTO, VANESSA RENATA MOLINERO DE PAULA E GILMAR OLIVEIRA SANTOS

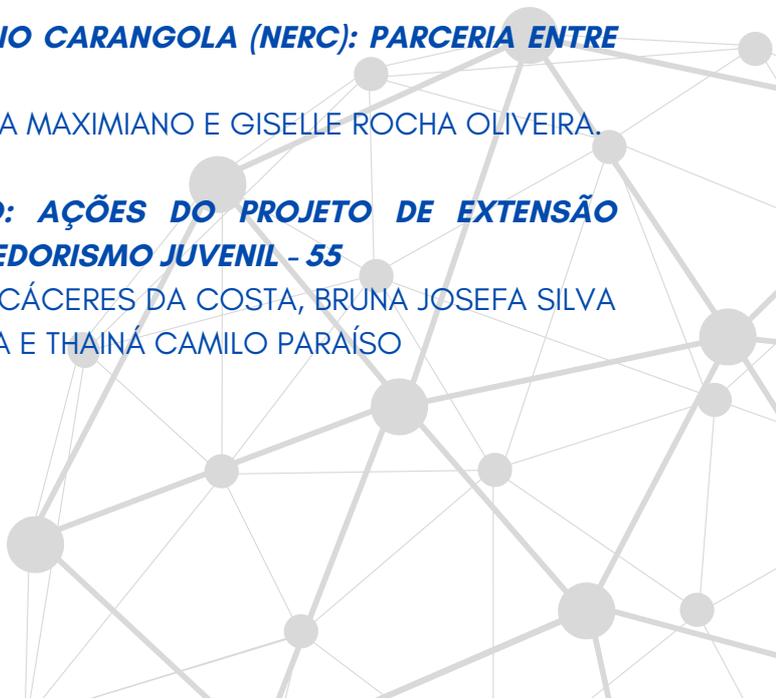
### ARTIGOS

#### ***PROJETO NÚCLEO DE ESTUDOS DO RIO CARANGOLA (NERC): PARCERIA ENTRE UNIVERSIDADE E COMUNIDADE - 46***

MURILO VOGT ROSSI, LEANDRO TEIXEIRA MAXIMIANO E GISELLE ROCHA OLIVEIRA.

#### ***O DESPERTAR DO PROTAGONISMO: AÇÕES DO PROJETO DE EXTENSÃO TECNOLOGIAS DIGITAIS E EMPREENDEDORISMO JUVENIL - 55***

ROSELY CÂNDIDA SOBRAL, GIOVANNA CÁCERES DA COSTA, BRUNA JOSEFA SILVA DA ROSA, SHELDON MARX AVILA COSTA E THAINÁ CAMILO PARAÍSO





# REUPE

REVISTA  
DE EXTENSÃO  
DA UNIVERSIDADE  
DE PERNAMBUCO



## EDITORIAL

Em tempos em que as tecnologias da informação e comunicação (TICs) reinventam constantemente nossa forma de interagir com o mundo, aqueles que lidam com a extensão universitária vivem o desafio de utilizar dessas tecnologias para aperfeiçoar suas características essenciais, a saber: o protagonismo estudantil, a formação cidadã do estudante, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e a interação dialógica com a comunidade externa.

Em especial, no atual momento de curricularização da extensão pelo qual passam as universidades brasileiras, após enfrentar o país enfrentar uma pandemia global que antecipou tendências há muito em curso, as possibilidades de aperfeiçoamento das trocas de saberes entre universidade e comunidade externa esbarram em problemas severos devido a particularidades próprias de uma sociedade marcada por suas desigualdades, como a brasileira. Inclusive quanto ao acesso a essas tecnologias e ao devido letramento digital.

Esta edição da REUPE – Revista de Extensão da Universidade de Pernambuco – guarda em seus artigos um pouco desse debate. O primeiro texto, intitulado “*Uso de tecnologias digitais na mediação da extensão universitária*”, traz uma reflexão sobre as possibilidades dessas tecnologias ajudarem a mediar ou comprometer a mediação entre a comunidade acadêmica e o público externo à universidade. O segundo, intitulado “*Extensão universitária e mediação tecnológica: sobre quais tecnologias estamos falando?*”, explora a impossibilidade de pensar a extensão universitária dissociada do universo dos recursos tecnológicos. O terceiro, apresenta o caso da Universidade de Rio Verde (UniRV, em relação à utilização de tecnologias digitais desde a pré-pandemia até os dias atuais, enfatizando a evolução da utilização dessas tecnologias no pós-pandemia.

Já os seguintes, não trazem diretamente sobre as questões do dossiê. O quarto, relata ações extensionistas socioambientais em Carangola, cujo rio de mesmo nome é essencial para o abastecimento de água do município. E, o último, relata sobre experiência de extensão de atendimento jurídico itinerante às comunidades hipossuficientes no Município de Frutal/MG.

Esses trabalhos contribuem para refletir sobre o debate acerca da relação entre a extensão e as novas tecnologias da informação e comunicação e apresentam experiências extensionistas interessantes, contribuindo para o amadurecimento da extensão no país.

Agradecemos a todos que colaboraram com esta edição da revista e desejamos a todos uma excelente leitura!

**Prof. Dr. Renan Cabral da Silva<sup>1</sup>**

Editor Chefe

<sup>2</sup> Cientista social e cientista político, professor adjunto e Coordenador Geral de Cultura da Universidade de Pernambuco

E-mail: [renan.cabral@upe.br](mailto:renan.cabral@upe.br)

## USO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS NA MEDIAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

## USE OF DIGITAL TECHNOLOGIES IN THE MEDIATION OF UNIVERSITY EXTENSION

Raphael de França e Silva<sup>1</sup> [orcid.org/ 0000-0002-7607-0502](https://orcid.org/0000-0002-7607-0502)

Luiz Alberto Ribeiro Rodrigues<sup>2</sup> [orcid.org/0000-0002-3151-1685](https://orcid.org/0000-0002-3151-1685)

<sup>1</sup>Doutor, Professor adjunto da Universidade de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil.

<sup>2</sup>Doutor, Professor associado, Pró-reitor de Extensão e Cultura da Universidade de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil.

E-mail do autor correspondente: [raphael.franca@upe.br](mailto:raphael.franca@upe.br)

### RESUMO

No âmbito da extensão universitária, um debate contemporâneo tem sido a utilização de tecnologias digitais no processo de interação da universidade com a comunidade externa. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é realizar uma reflexão teórica sobre as possibilidades das tecnologias digitais no contexto da mediação entre a comunidade acadêmica e o público externo à universidade. Para isso, mobilizamos referenciais acerca da distinção entre educação a distância e ensino remoto, além dos dispositivos legais para regulamentação da extensão universitária no Brasil. Ao fim, cabe ressaltar que a relação das tecnologias digitais na extensão universitária não podem se pautar em atividades remotas assíncronas, pois esse formato compromete o pilar da interação dialógica, em contrapartida, pode-se fortalecer a extensão a partir da adoção de mediações tecnológicas síncronas, além da própria inclusão digital como campo de atuação da extensão universitária.

**Palavras-chave:** Tecnologias Digitais; Extensão Universitária; Inclusão Digital; Ensino Remoto.

### ABSTRACT

*Within the scope of university extension, a contemporary debate has been the use of digital technologies in the university's interaction process with the external community. In this sense, the objective of this work is to carry out a theoretical reflection on the possibilities of digital technologies in the context of mediation between the academic community and the public outside the university. To this end, we mobilize references regarding the distinction between distance education and remote teaching, in addition to the legal provisions for regulating university extension in Brazil. In the end, it is worth highlighting that the relationship between digital technologies in university extension cannot be based on asynchronous remote activities, as this format compromises the pillar of dialogic interaction. On the other hand, extension can be strengthened through the adoption of synchronous technological mediations. , in addition to digital inclusion itself as a field of activity for university extension.*

**Keywords:** *Digital Technologies; University Extension; Digital inclusion; Remote Teaching.*

## 1. INTRODUÇÃO

No âmbito da extensão universitária, uma pauta recorrente, com maior intensidade nos últimos anos, tem sido a utilização de tecnologias digitais no processo de interação da universidade com a comunidade externa. Esse fenômeno tem sido impulsionado pela novidade das redes sociais e pelo impacto que elas têm gerado no modo de interação e de comunicação entre os diversos atores sociais. Se por um lado essas novas interfaces vem diminuindo distâncias e permitindo diferentes formas de interação e/ou de presença, por outro, aponta-se para os limites que essas ferramentas carregam em si, desde a dificuldade de universalização de acesso do conjunto da população a esses meios, incluindo a qualidade técnica de recepção de sinais, até mesmo a disputa por audiência dado fatores dos processos comerciais de impulsionamento que marcam ambientes na atualidade.

As atividades de extensão universitária guiam-se por cinco princípios fundamentais, podendo se destacar a “interação dialógica” com aquele que baliza a sua essência, ser um processo interdisciplinar vivenciado em diálogo com a comunidade externa. Difere-se nesse sentido de processo de comunicação científica e de outros processos em que um fala e o outro só escuta.

Qual seria então a contribuição, e em que circunstâncias as tecnologias digitais podem contribuir para aproximar a universidade da comunidade externa, na

perspectiva da interação dialógica da extensão universitária?

Esse contexto impulsiona a pensar como as tecnologias digitais podem servir de mediação para práticas de extensão universitária? E ainda, quais fundamentos devem ser observados para garantir a legitimidade da prática da extensão universitária? Além disso, como avaliar a efetividade das atividades de extensão universitária mediada por tecnologias digitais?

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

Antes de prosseguirmos à análise contextual do fenômeno da mediação tecnológica no âmbito da extensão universitária, faz-se necessário pontuar as diferenças entre educação a distância e ensino remoto. Essa separação conceitual é importante, pois ela baliza todo o entendimento acerca desse debate, tendo em vista que existem limites e possibilidades das tecnologias digitais nos ambientes de educação a distância, e, na prática da extensão universitária.

A educação a distância se trata de uma modalidade presente na organização da educação nacional, cuja regulamentação própria, como em qualquer outra modalidade, visa atender as especificidades decorrentes das práticas diferenciadas nos sistemas educacionais. Desta forma, é importante compreender que existem outras modalidades da educação, como as da educação indígena, quilombola e profissional, por exemplo, com suas respectivas

regulamentações, a fim de estabelecerem conteúdos, métodos e temporalidades específicas.

Desta forma, no que se refere à educação a distância, podemos afirmar que se trata de uma modalidade desenvolvida para utilização na educação básica e no ensino superior, devendo atender às diretrizes propostas pelo Ministério da Educação, deliberadas pelo Conselho Nacional de Educação.

De acordo com a lei federal 9057, de 2017, educação a distância

é a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos (BRASIL, 2017, s/p)

Ainda, de acordo com a mesma lei, essa modalidade de ensino compreende experiências educacionais na educação básica e superior, resguardando-se as devidas limitações. Como, por exemplo, não poder ser ofertada na etapa fundamental da educação básica para todos os estudantes, apenas para aqueles que estejam no exterior, residam em locais de difícil acesso, privadas de liberdade ou impedidas de frequentar aulas presenciais nas escolas.

Por sua vez, no ensino superior, a modalidade EAD é amplamente popularizada, compreendendo a oferta de vários cursos de graduação, por instituições públicas e privadas, comportando várias configurações entre a

organização do conteúdo, das aulas em tempo real ou não, e das avaliações presenciais. Nesse contexto, cursos inteiros podem transcorrer sem contato direto do professor com o estudante, ou até mesmo, sendo em sua totalidade a distância, sem atividades presenciais.

Como forte aliado às dinâmicas pedagógicas de ensino e aprendizagem na EAD, podemos pontuar a forte presença contemporânea de tecnologias digitais, substituindo contemporaneamente as mídias tradicionais, como TV, Rádio e Videocassete. Essa substituição, além de marcar a entrada definitiva dos cursos a distância nas redes internet, visto que até os anos 2000, boa parte das aulas eram transmitidas como programas de TV, também acentua o caráter bidirecional da comunicação no ambiente educacional digital. Desta maneira, a geração contemporânea da educação a distância consegue acessar experiências de comunicação bidirecionais instantâneas, permitindo um enriquecimento dialógico do processo, antes restritos aos cursos por correspondência ou acompanhados em programas de TVs e rádios.

Dentre essas tecnologias, aqui iremos destacar a popularização das ferramentas de videoconferência, que permitem reuniões entre pessoas em territórios diferentes, fazendo uso da internet, computadores, tablets, smartphones e webcams, por meio de serviços como o Google Meet, Zoom, Skype e Microsoft Teams, entre outros, cuja utilização em ampla escala durante a pandemia da COVID-19, ressignificou o conceito de educação remota, passando a confundí-la apenas com as aulas em tempo real, ou

síncronas, transmitidas por essas plataformas.

Desta forma, em linha com as acepções de Levy (2010), ao analisar o fenômeno da cibercultura no início do século, precisamos pontuar o caráter remoto das tecnologias digitais como a existência de possibilidades de acesso a distância, ou remotamente, de potenciais tecnológicos e experiências, antes exclusivamente presenciais, por meio do ciberespaço e das conexões de internet.

Nesse sentido, é importante referenciar que o conceito de ensino remoto, apesar de estar amplamente vinculado à modalidade de EAD, trata-se de uma prática pedagógica passível de ocorrer em qualquer nível, etapa ou modalidade da educação nacional, configurando-se como a migração de experiências presenciais da sala de aula para o ciberespaço, a partir da mediação da tecnologias digitais plataformizadas por meio de provedores de serviços de videoconferência. Aliando-se, ainda, aos ambientes virtuais de aprendizagem, como Moodle ou Google Classroom, enquanto territórios digitais de hibridação do presencial com o digital, aproveitando-se, portanto, das dinâmicas tradicionalmente utilizadas no modalidade da educação a distância.

Ainda, é importante salientar que a conectividade remota permite dois tipos de experiência, síncronas e assíncronas. As atividades remotas síncronas acontecem com uma interação dialógica em tempo real, na qual as possibilidades bidirecionais são reforçadas, pois emissores e receptores praticam a troca comunicacional instantânea. Por sua vez, as atividades remotas assíncronas

ocorrem com quebra de tempo, no qual os participantes do diálogo podem levar o tempo necessário para emissão e recepção de mensagens, de modo que as interações dialógicas nesse formato podem ter duração de minutos, horas, dias e até anos.

Por fim, a distinção aqui realizada é fundamental à compreensão do debate acerca dos limites e possibilidades das tecnologias digitais para a prática da extensão universitária.

### 3. PERCURSO METODOLÓGICO

Este trabalho é eminentemente teórico, centrado em um debate no âmbito dos conceitos de extensão que permeiam a concepção de extensão universitária no Brasil, orientando-se pelas resoluções, dispositivos legais e debates ocorridos no Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX).

Há que se considerar duas concepções da extensão, que convivem simultaneamente nas IES: a extensão universitária que atua na difusão do conhecimento; e a extensão no contexto da política de inserção curricular, orientada pelas diretrizes curriculares nacionais para extensão.

A extensão como difusão do conhecimento, que se caracteriza uma atividade em que docentes e estudantes difundem conhecimentos em forma de serviços, de palestras, eventos, formação continuada, cursos, etc. cuja função é complementar, difunde visão de mundo a partir do ambiente universitário. Esta concepção se põe limitada em relação à estrutura, a concepção e a prática das

Diretrizes da Extensão na Educação Superior, sobretudo quando a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social; (Art. 5º, inciso I da Resolução CES/CNE nº 7/2018).

A extensão no contexto da política de inserção curricular, estamos falando de uma atividade integrada ao ensino, na forma de componente curricular e materializada com o protagonismo de estudantes, sob a coordenação do docente. Nesse sentido trata-se de uma atividade interacionista, com potencial de grande impacto na formação do estudante, vivido no diálogo com a comunidade externa, seus problemas e suas perguntas

Outro pressuposto fundamental para se pensar possibilidades e contribuições das tecnologias digitais como ferramentas de mediação da extensão universitária, objeto deste artigo, refere-se ao debate que vem sendo desenvolvido no âmbito do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX), sobretudo em decorrência da tentativa do Conselho Nacional de Educação - CNE, em flexibilizar o uso de atividades todas as formas de atividades remotas na extensão, síncronas e assíncronas.

Atualmente, a posição do Forproex aponta prejuízo na inclusão de atividades assíncronas na extensão, pois contradiz suas diretrizes, uma vez que compromete o processo de diálogo entre a comunidade acadêmica e outros setores da sociedade, fundamento essencial à troca de

conhecimento, participação integrada e contato com questões complexas no contexto social, conforme o Art. 5º da Resolução CES/CNE Nº 7/2018. Além disso, refuta a proposição do CNE, afirmando que “ disponibilização de ações assíncronas desrespeita os princípios da extensão, pois transforma essa prática em simples comunicação de conhecimento, sem interação, participação, trocas ou diálogo, que são as bases pedagógicas da formação através da extensão” (OFÍCIO Nº 456/2023/PROEXC/REITO-UFU).

#### 4. DISCUSSÃO

Há na universidade uma cultura ainda resistente à cultura digital, já vivenciada em maior escala na sociedade. Em outras palavras, a universidade pública necessita ampliar o debate acerca da apropriação das tecnologias digitais nas vivências acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão, sob o risco de descolar-se da contemporaneidade no espectro dos ganhos decorrentes da transformação digital na sociedade. Aqui estamos falando de maior fluidez nos processos colaborativos de construção e compartilhamento de conhecimentos, aliado a superação de barreiras geográficas excludentes de parcelas da população da universidade, principalmente os residentes distantes dos grandes centros urbanos que amparam os *campis* universitários.

Nesse sentido, é importante ressaltar que o afastamento das universidades públicas do processo de adoção de tecnologias digitais e processos remotos no ensino, pesquisa e extensão, abre espaço para que esse debate seja liderado pelas instituições privadas, cujos principais

objetivos orientam-se pela busca do lucro empresarial, comprometendo a formação de nível superior com experiências educacionais a distância de baixa complexidade, escalando a educação superior em níveis inadequados à manutenção da qualidade. Esta problemática foi desvelada no último censo do MEC para o ensino superior (G1, 2023), no qual constatou-se a preferência dos ingressantes em licenciaturas pelos cursos de graduação EAD, por conta do baixo investimento financeiro pessoal decorrente das mensalidades mais baratas, além de desenhar um cenário em que a média de professores por turma EAD era de 1 professor para cada 171 alunos, comprometendo as dinâmicas de ensino decorrentes da relação direta do professor com os estudantes.

De forma urgente, é necessário que o debate acerca da adoção das tecnologias digitais na educação superior pública presencial seja ampliado o mais rápido possível, a fim de definir instrumentos de avaliação, diretrizes de qualidade, políticas de inclusão digital de professores e estudantes, melhorias de infraestrutura nos *campis* universitários, além de regulamentar vivências acadêmicas específicas, como a extensão universitária.

No tocante à extensão universitária, precisa-se definir uma distinção entre a ocupação de espaços digitais com os produtos decorrentes da atividade de extensão, principalmente quando se configuram como objetos midiáticos, como vídeos, podcasts e outras representações gráficas utilizadas na difusão de conhecimento científico. Em outras palavras, devemos definir como a

veiculação desses conteúdos podem atender às diretrizes de interação dialógica, articulação com ensino e pesquisa, além do protagonismo estudantil, tendo em vista que rotineiramente são despejados conteúdos produzidos no âmbito da extensão universitária sem, contudo, a instauração de um processo dialógico com a comunidade externa durante sua produção e compartilhamento.

Ou seja, a simples divulgação de um vídeo com informação científica em uma plataforma de mídia social não se configura como atividade de extensão. Portanto, esse questionamento desperta uma perspectiva relevante para se pensar a associação das tecnologias digitais com as atividades de extensão universitária, principalmente no que concerne ao potencial das tecnologias para ampliação da bidirecionalidade comunicacional no âmbito do processo de interação dialógica dos professores e estudantes extensionistas com a comunidade externa à universidade.

Como exemplo de uma experiência de extensão universitária cuja adoção de tecnologias serviu para ampliar a interação dialógica entre a comunidade acadêmica e o público externo, podemos citar as atividades desenvolvidas no Programa Doce Vida, coordenado pela professora Denise Vancea, cuja atuação consistiu em promover exercícios físicos para pacientes idosos diabéticos durante a pandemia da COVID-19. Na hora marcada para aula, os estudantes extensionistas realizam uma videoconferência com os idosos por meio do celular, momento no qual demonstraram os exercícios para serem reproduzidos pelos idosos em suas casas,

sempre utilizando objetos domésticos para substituir os aparelhos de academia (UPE, 2021). Durante o projeto, a glicose das pessoas idosas eram medidas antes e após a rodada de exercícios, gerando dados para pesquisa científica vinculada ao programa de extensão, contribuindo ainda com a formação dos estudantes para o trato com esse segmento da população.

A partir da experiência no Doce Vida, podemos considerar que o sentido de presencialidade no atual contexto digital vai além da distância física, implicando em novas formas de estabelecer maior ou menor distância transacional, em outras palavras, é possível, como comprovado na experiência supracitada, ampliar a interação dialógica com uso das tecnologias digitais sem, contudo, cair na armadilha da difusão de conteúdo científico em mídias sociais de maneira unidirecional.

Desta forma, algumas atividades de extensão, em alguns casos na modalidade prestação de serviços, vem sendo realizados pelas IES, tais como a mediação jurídica, telemedicina, serviços de psicologia, teleodonto e outros, atividades essas que são reguladas para serem realizadas com mediação tecnológica pelos conselhos profissionais. No entanto, em comum entre essas ações, reside o fato de que a mediação tecnológica ocorre de forma síncrona, caracterizando uma interação dialógica em tempo real mediada pelas tecnologias digitais.

Ainda no campo de experiências decorrentes da relação entre a extensão universitária e as tecnologias digitais, não podemos deixar de mencionar o grande

problema da exclusão digital existente na sociedade brasileira, atingindo de diferentes formas, vários segmentos da população, desde crianças até pessoas idosas, comunidades quilombolas e indígenas, além de mulheres e pessoas LGBTQIAPN+, com cada um desses grupos demandando um processo de inclusão digital diferenciado e personalizado de acordo com suas demandas sociais e pessoais. Logo, podemos afirmar que a extensão é o campo natural para enfrentamento dessa problemática, sendo função da universidade contribuir com o avanço social por meio de oferta de letramentos digitais à comunidade externa, compartilhando sua expertise tecnológica, promovendo a entrada segura dos grupos subalternizados no contexto do ciberespaço. Aqui podemos destacar as experiências de extensão para letramento digital que estão ocorrendo sob financiamento da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de PE (Facepe), no processo APQ-0563-7.08/22, a partir do qual a UPE pode desenvolver equipes extensionistas para letramento digital em 10 municípios do estado. No Recife, esse projeto pode ser vivenciado na sua fase piloto em uma comunidade vulnerável, tendo pessoas idosas como público alvo. Durante o curso, estudantes de graduação em enfermagem e ciências sociais, formaram uma equipe interdisciplinar e puderam ofertar um curso para uso de aplicativos e serviços digitais para esse segmento da população.

Assim, podemos concluir nessa discussão, a existências de várias experiências oriundas da relação entre tecnologias digitais e a extensão universitária, gerando debates

importantes para avançarmos na definição da política pública nacional.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como é possível observar, diferentes perspectivas surgem quando pensada a relação entre as tecnologias digitais e a extensão universitária, principalmente no que se refere à utilização das mídias sociais como repositório de conteúdos científicos válidos, porém, sem construção do conhecimento com o público externo, configurando-se como uma comunicação unidirecional da universidade com a sociedade, contrapondo-se às diretrizes contemporâneas da extensão no Brasil.

Enquanto instrumentos de mediação, a integração da extensão com a cultura digital pode vir a contribuir com associação entre o cidadão e as tecnologias, pois a transformação digital

inclusiva é fundamental para diminuir a condição de subcidadão na atualidade, pessoas excluídas dos fluxos de conhecimento e do exercício da cidadania no meio digital. Se impõe, ao mesmo tempo, discutir métodos de execução e avaliação no que concerne à adoção de mecanismos de hibridação das vivências em um cenário no qual os cursos são em sua maior parte integralmente presenciais.

Portanto, as tecnologias digitais apresentam limites e possibilidades à atuação extensionista, cujo processo de adoção nas atividades necessita de diálogos e debates das organizações responsáveis pela extensão no Brasil, a fim de delimitar processos que descaracterizam as diretrizes nacionais para prática da extensão sem, contudo, fechar suas portas à transformação digital contemporânea.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Resolução CNE 07/2018**.2018.

Disponível em:

[https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE\\_RES\\_CNECESN72018.pdf](https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECESN72018.pdf) Acesso em 14 nov. 2023.

\_\_\_\_\_. **Decreto Nº 9.057, de 25 de maio de 2017**, que regulamenta a Educação a Distância no Brasil. 2017.

Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm)

Acesso em 14 nov. 2023.

FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**. 2016.

<https://proex.ufsc.br/files/2016>.

G1. **Mais de 70% dos novos alunos do ensino superior privado em 2022 optaram por estudar à distância, diz Inep**. 2023. Disponível em:

<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2023/10/10/dados-censo-educacao-superior-2022.ghtml> Acesso em 14 nov. 2023

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Editora 34, 2010.

UPE. **Univerciência #17 - Escorpões, circuitos de celulares, exercícios para diabéticos**. 2021. Disponível em:

[https://youtu.be/BlvegMOI2PM?feature=s\\_hared](https://youtu.be/BlvegMOI2PM?feature=s_hared) Acesso em 14 nov. 2023



## EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E MEDIAÇÃO TECNOLÓGICA: SOBRE QUAIS TECNOLOGIAS ESTAMOS FALANDO?

### UNIVERSITY EXTENSION AND TECHNOLOGICAL MEDIATION: WHICH TECHNOLOGIES ARE WE TALKING ABOUT?

Evandro Salvador Alves de Oliveira<sup>1</sup> <https://orcid.org/0000-0003-2228-9776>

Etevaldo Almeida Silva<sup>2</sup> <https://orcid.org/0009-0000-8699-0698>

Juliane Rezende Cunha<sup>3</sup> <https://orcid.org/0009-0000-5421-5048>

<sup>1</sup> Doutor em Educação e Doutor em Estudos da Criança, Centro Universitário de Mineiros (UNIFIMES), Mineiros, Goiás, Brasil

<sup>2</sup> Mestre em Economia, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Mossoró, Rio Grande do Norte, Brasil

<sup>3</sup> Mestra em Planejamento e Desenvolvimento Regional, Centro Universitário de Mineiros (UNIFIMES), Mineiros, Goiás, Brasil

E-mail do autor correspondente: [evandro@unifimes.edu.br](mailto:evandro@unifimes.edu.br)

#### Agradecimentos

Ao Centro Universitário de Mineiros (UNIFIMES). À Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). À Associação Brasileira das Reitoras e Reitores das universidades públicas estaduais e municipais (ABRUEM).

#### RESUMO

O presente artigo propõe reflexões acerca da extensão universitária e suas relações com a mediação tecnológica. Contextualiza historicamente o percurso institucional da extensão universitária nos séculos XX e XXI, aborda os aspectos da tecnologia atrelada a sociedade com foco na articulação com as ações de extensão realizadas na universidade. Adota como aspecto metodológico realizar uma revisão bibliográfica da literatura, de natureza essencialmente qualitativa. As referências teóricas utilizadas para compor as reflexões, análises e problematizações abarcaram o universo dos estudos culturais e da educação. No artigo exploramos o conceito de tecnologias, demonstrando o processo que envolve o constante movimento da sociedade, sobretudo no que diz respeito às atualizações conceituais que ocorrem em virtude das transformações culturais e científicas. Chegou-se a conclusão que não é possível pensar em uma ação de extensão universitária dissociada do universo que abarca os recursos tecnológicos, pois a sociedade só consegue avançar e se aprimorar em virtude do aprimoramento das técnicas (tecnologia) que ocorrem a partir das necessidades que partem dos contextos sociais, ou seja, da própria sociedade.

**Palavras-chave:** Educação; Extensão Universitária; Tecnologias; Cultura Digital.

#### ABSTRACT

*This article proposes reflections on university extension and its relationships with technological mediation. It historically contextualizes the institutional path of university extension in the 20th and 21st centuries, addressing aspects of technology linked to society with a focus on articulation with extension actions carried out at the university. It adopts as a methodological aspect to carry out a bibliographical review of the literature, essentially qualitative in nature. The theoretical references used to compose the reflections, analyzes and problematizations covered the universe of cultural studies and education. In the article we explore the concept of technologies, demonstrating the process that involves the constant movement of society, especially with regard to conceptual updates that occur due to cultural and scientific transformations. The conclusion was reached that it is not possible to think of a university extension action dissociated from the universe that encompasses technological resources, as society can only advance and improve itself due to the improvement of techniques (technology) that occur based on the needs that they come from social contexts, that is, from society itself.*

**Keywords:** Education; University Extension; Technologies; Digital Culture.

## 1. INTRODUÇÃO

A extensão universitária é historicamente pautada por importantes movimentos de lutas, discussões e vieses políticos que atravessam o universo da educação ao longo de décadas. Desde a criação do ensino superior, no início do século XX, o Brasil obteve influências de países como Inglaterra e Estados Unidos em seus processos históricos que contribuíram para o desenho inicial das primeiras atividades de extensão em nosso país.

No decorrer das muitas décadas que constituíram o último século a extensão universitária se desenvolveu a partir da mediação tecnológica de inúmeros recursos. Mas, de qual tecnologias estamos falando?

Neste artigo pretendemos provocar reflexões e, porque não, tecer algumas problematizações acerca da discussão que envolve a extensão universitária e suas relações com a denominada “mediação tecnológica”. Trata-se de uma produção elaborada a partir da chamada pública realizada pela Câmara de Extensão da Associação Brasileira das Reitoras e Reitores das Universidades Públicas Estaduais e Municipais (ABRUEM), que visa contribuir com a

profusão e circulação do conhecimento a respeito do tema “o uso de tecnologias como mediação na extensão universitária”, por meio da publicação de um Dossiê temático e científico.

Nesta direção, o artigo irá contextualizar, em sua primeira parte, alguns aspectos sobre a extensão universitária, no sentido de trazer para o debate uma recuperação histórica sobre as vicissitudes e idiosincrasias do movimento histórico da extensão, com foco em nosso país, Brasil; e, na segunda parte, o artigo irá abordar aspectos sobre a(s) tecnologia(s) que caminham lado a lado com a sociedade e, sobretudo, com a extensão realizada na universidade em suas mais diversas pluralidades.

Neste novo tempo em que caminha a sociedade, de forma veloz e sob a lógica do capitalismo global, não há como observar com lentes mais apuradas o (re)desenho da cultura no mundo líquido moderno, como nos chama a atenção Bauman (2007, 2013). Antes da virada do século XX para o XXI teóricos já nos convidavam a refletir sobre “a vida digital”, como Negroponte (1995) e o fenômeno da cibercultura, como pontuou Lévy (1999).

Considerando esse panorama brevemente apresentado, o objetivo do artigo é refletir sobre a interface extensão universitária e tecnologia como um

fenômeno possível em tempos de cultura digital.

## **2. ASPECTOS METODOLÓGICOS**

O artigo é fruto de uma revisão bibliográfica da literatura, de natureza essencialmente qualitativa. As referências principais teóricas utilizadas para compor as reflexões, análises e problematizações que aqui se encontram abarcam o universo dos estudos culturais e da educação.

Esta produção bibliográfica foi oportunizada a partir da parceria entre duas instituições de ensino superior que atualmente integram a Câmara de Extensão da ABRUEM, são elas: o Centro Universitário de Mineiros-GO (UNIFIMES), instituição pública municipal situada na região sudoeste de Goiás; e a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), instituição pública estadual localizada na região oeste do Rio Grande do Norte.

Como se trata de uma produção teórica e que não contou com coleta de dados extraídas de intervenções com seres humanos, não há problemas de ordem ética quanto ao Comitê de Pesquisa.

## **3. CAMINHOS TRILHADOS PELA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL: HISTORICIDADE**

A extensão universitária é um elo da formação acadêmica que concretiza a construção do conhecimento atrelada a formação política, cultural e cidadã. Efetivou-se no Brasil por meio de diversos processos que marcam a Educação Superior ao longo dos séculos XX e XXI.

Os primeiros registros de ações de extensão no País, remontam-se ao início

do século XX vinculada a cursos e conferências e prestação de serviços realizados pelas Universidades de São Paulo em 1911 e a Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa em 1920, respectivamente (PNEU, 2012).

Na década de 1960 a extensão universitária se efetivou com a criação do Centro Rural de treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC), em 1966, e do Projeto Rondon, em 1967. Tais instâncias propiciaram aos estudantes universitários, colocar em prática seus conhecimentos acadêmicos junto as comunidades rurais do território nacional. Naquele contexto as ações de extensão objetivavam a promoção do homem rural, o desenvolvimento da cidadania, inclusão social, redução das desigualdades regionais e a segurança nacional (LOPES, 1972).

Com a lei básica da Reforma Universitária de 1968, a extensão foi evidenciada sob a forma de cursos e serviços especiais para promover as condições de melhorias de vida da população brasileira.

Na primeira metade da década de 1970 foi criada, no âmbito do Ministério da Educação (MEC), a Comissão Mista CRUTAC/Campus Avançado/ MINTER, cuja finalidade foi institucionalizar e fortalecer a extensão universitária. Em 1974 foi criada, também no âmbito do MEC, a Coordenação das Atividades de Extensão (CODAE), instância importante para dinamizar as ações de extensão universitária, principalmente porque institucionalizou o primeiro Plano de Trabalho da Extensão Universitária no Brasil.

Com a criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEX) em novembro 1987, a extensão universitária

ganha maior estabilidade para sua institucionalização. A extensão é então definida como “processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e a sociedade” (PNEU, 2001).

Em 1988, com a Promulgação da Carta Magna, estabelecendo o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a educação superior é legalmente oficializada na Constituição Federal com a obrigatoriedade de se concretizar de forma indissociável.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira de 1996, está expresso que a extensão universitária deverá ser realizada com a participação da população externa a universidade, onde se efetivará a relação de conhecimentos que promoverá difusão, conquistas e benefícios resultantes da relação universidade sociedade (PNEU, 2012).

No Plano Nacional de Educação (PNE) de 2001-2011, foi expresso que as Instituições Federais de Ensino Superior deveriam efetivar em sua formação acadêmica, dez por cento do total de créditos para atuação dos discentes em atividades de extensão.

No Plano Nacional de Educação de 2014-2024 está evidenciado que todo e qualquer Instituição de Ensino Superior deverá garantir para a formação acadêmica no mínimo dez por cento do total de créditos curriculares em Programas e Projetos de Extensão, sendo esses integrados em ações realizadas em áreas de grande pertinência social do País (SAVIANI, 2014).

O último marco importante foi a Resolução nº 7 de 18 de dezembro de

2018, publicada pelo Conselho Nacional de Educação, que efetiva as Diretrizes para extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta a Meta 12, Estratégia 12.7 do PNE 2014-2024, consolida a Política Pública de Estado que garante a institucionalização da formação acadêmica pela dimensão da extensão. Assim, a extensão universitária é definida como:

Atividade que integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, articulada por um processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os demais setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (MEC, 2018).

Feito o presente apanhado histórico, é preciso dizer que nosso debate atual em relação ao ensino superior com foco na dimensão da extensão universitária, recai em torno de estruturar novos arranjos pedagógicos, institucionais e políticos para pautarmos a sustentabilidade da educação articulada com o uso de tecnologias. Sendo assim, como promover o uso de tecnologias em ações de extensão para que seja referência na transformação humana, cultural e profissional?

#### **4. SOBRE O CONCEITO DE TECNOLOGIA(S) E SUAS RELAÇÕES COM A CULTURA**

Aqui pretendemos não apenas teorizar sobre o conceito de tecnologia, mas também provocar reflexões sobre a relação dela com a nossa cultura. Indagamos: de que maneira percebemos

a modificação/transformação da cultura, esta que ocorre de maneira incessante com os recursos tecnológicos produzidos pelo ser humano? Esse fenômeno é objeto de análise de Kerckhove (1997) em seu trabalho sobre a “pele da cultura”, em que investigou a nova realidade eletrônica que, para ele, começou lá em 1990. Kerckhove (1997), a partir de questionamentos sobre os efeitos e impactos dos equipamentos de mídia nas relações humanas, físicas e psicológicas das pessoas, iniciou estudos a respeito da forte tendência expansiva das televisões e computadores no mundo ocidental. Suas análises não se distanciam das reflexões registradas por Lévy (1999) em seu livro *Cibercultura*. Kerckhove (1997) se debruça em analisar a reconfiguração da “pele de uma cultura”, ao investigar as camadas mais superficiais dessa pele que tem sido desenhada e contornada a partir de novas relações entre sujeitos e sujeitos e, sobretudo, com equipamentos de mídias. Tais recursos tecnológicos passaram a fazer parte do nosso corpo, nossa mente, nosso sistema nervoso e até interferir na produção de subjetividades.

Afinal, esses recursos tecnológicos, o que são e para que servem? Em que eles podem contribuir? Mais ainda, o que eles causam na vida dos sujeitos ao fazer parte do cotidiano deles? Em que dimensão eles são importantes para a Educação e para a Extensão Universitária?

Com intuito de contribuir com reflexões que poderão ajudar a responder perguntas como essas, trazemos para o debate alguns autores que possibilitam ampliar noções e compreensões sobre essa temática. Para isso, tomamos como base relevantes estudos publicados em língua portuguesa, que possibilitam

entender as tecnologias para além de equipamentos eletrônicos e informacionais. Neste trabalho, o olhar que pretendemos ampliar sobre as tecnologias vai ao encontro de uma reflexão que permite compreendê-las como instrumentos capazes de modificar a vida do ser humano de modo a trazer consequências às pessoas que com elas vivem. Por exemplo, para escrever este texto foi necessário, utilizar alguns objetos tecnológicos, como notebook, mouse, mesa, cadeira, luz emitida por lâmpada fluorescente, além da internet (em que consultamos alguns trabalhos científicos) e vários livros. Nesse sentido, no intuito de explorar a expressão tecnologia para além de um objeto eletrônico, escrevemos esta seção para trazer análises que permitem conhecê-la enquanto teoria, ciência, arte e técnica.

Como descrito por Oliveira (2019), em 1973, um renomado filósofo brasileiro, Álvaro Vieira Pinto, construiu um material significativo em que discutiu densamente o conceito de tecnologia. O autor destaca que “a palavra tecnologia é usada a todo o momento por pessoas das mais diversas qualificações e com propósitos divergentes” (PINTO, 2005, p. 219). Compreender o significado dessa palavra não é muito simples, pois, como salienta Pinto, há que se distinguir em que aspecto é tratada; se como noção, termo ou conceito. Tecnologia pode ser utilizada no seu aspecto essencial; porém pode parecer ao mesmo tempo confusa, pois existem diversas acepções do termo. Partimos, então, para as análises distintas que o termo tecnologia apresenta, considerando pelo menos quatro dimensões principais que ela carrega.

Quanto ao *significado etimológico*, diz Pinto (2005, p. 219) que a tecnologia “tem

de ser a discussão da técnica, abrangidas nesta última noção as artes, as habilidades do fazer, as profissões e, generalizadamente, os modos de produzir alguma coisa”. Para ele, a tecnologia enquanto arte está no campo da compreensão da criação, em que por meio da técnica e de habilidades é possível pensar no fazer, na modificação e na construção das coisas.

No *segundo significado*, Pinto (2005, p. 219) informa que a “tecnologia equivale pura e simplesmente à técnica”. Trata-se de uma concepção que, de maneira indiscutível, constitui o sentido mais frequente e popular da expressão “tecnologia”. Ao conceituar tecnologia, Pinto a entende “como o conjunto de todas as técnicas de que dispõe uma determinada sociedade, em qualquer fase histórica de seu desenvolvimento” (2005, p. 220). Tal definição, como assegura o autor, “aplica-se tanto às civilizações do passado quanto às condições vigentes modernamente em qualquer grupo social” (2005, p. 220).

A *terceira dimensão* que Pinto (2005) apresenta se refere quando os sujeitos procuram expressar o grau de avanço, progresso ou medir as forças produtivas da sociedade, destacando a importância da tecnologia para tais ganhos e avanços.

Pensar na tecnologia como um conjunto de todas as técnicas, como nos convida a refletir Vieira Pinto, é o que parece conduzir a sociedade para o avanço. É a partir da soma dessa multiplicidade de técnicas, atreladas a outras, que as “coisas” tomam novas dimensões e/ou se aprimoram.

Vemos que o *quarto sentido* atribuído pelo filósofo à expressão tecnologia é aquele que sinaliza uma importância embasada no capital, bem como em

aspectos que sinalizam uma ideologia da técnica. Para Pinto (2005, p. 220), de modo condensado e profundo, “[...] pode dizer-se que neste caso a palavra tecnologia menciona a ideologia da técnica”, ou seja, trata-se de uma ciência da técnica, compreendida como fato concreto e palpável. É concreto porque vemos com os próprios olhos os avanços que o aprimoramento da técnica produz. Como exemplo, temos o carro. Um objeto que há anos foi inventado pelo homem com objetivo de contribuir com o meio rural, quando chegou primeiramente nas fazendas o “carro de boi”. Mais adiante, a sociedade, ao longo dos anos, pode usufruir das “charretes”, que também foi um importante meio de transporte que utilizava rodas, como o carro de boi. Com o avançar do tempo, inclusive com a evolução da ciência da técnica, novos objetos foram criados a fim de atender à sociedade com mais conforto e praticidade. E foi assim que surgiu a era dos fuscas, Jeep e outros carros, como o retrato (concreto e palpável) de uma ideologia da técnica que, no caso dos automóveis, até hoje não parou de avançar e modernizar – quando comparando o que temos na atualidade com o que tivemos no passado. Este é um exemplo factível sobre o que temos apresentado.

Além da visão exposta sobre o conceito de tecnologia, podemos dizer que não é apenas esta compreensão sobre o conceito de tecnologia que possuímos, embora seja o que mais encontramos na literatura consultada. Dentre os autores e obras pesquisadas, por exemplo, Baumgarten (2006), ao tratar da expressão, no “Dicionário de Trabalho e Tecnologia”, também nos alerta para entender que a tecnologia pode ser

definida, em uma conotação mais universal, como atividade socialmente organizada, baseada em planos e de caráter essencialmente prático, isto é, ela existe porque operacionalizamos um conjunto de técnicas.

Após analisar alguns conceitos de tecnologia, entendemos que a sociedade trabalha com uma visão mais instrumental de tecnologia, ou seja, aquilo que é construído e utilizado a favor da sociedade, que possui uma história ou uma trajetória de modificações e evoluções, como o automóvel, os aparelhos de telefone e os computadores, a título de exemplo, pois para a autora:

Tecnologia compreende, portanto, conjunto de conhecimentos e informações utilizados na produção de bens e serviços, provenientes de fontes diversas, como descobertas científicas e invenções, obtidas por meio de distintos métodos, a partir de objetivos definidos e com finalidades práticas. Todo objeto técnico tem uma história, uma trajetória, faz parte de uma cultura (BAUMGARTEN, 2006, p. 288).

A autora nos convida a compreender que os objetos produzidos pelas mãos do homem a partir de uma técnica, possuem história, um percurso que delinea suas formas, portanto, fazem parte da nossa cultura. Se compararmos a construção do primeiro avião, no século 19, e as incríveis modernas aeronaves que circulam atualmente no espaço aéreo, observamos o quanto a trajetória desse produto científico tem sido modificada, e, conseqüentemente, sua cultura. Por pertencerem à cultura em que estamos inseridos, sabendo que é difícil para o homem permanecer estático e inerte, carece de constantes adaptações que ajustem às necessidades do ser humano. O mesmo se aplica a outros setores e

segmentos, como na agricultura, indústria farmacêutica, educação etc. São essas adaptações e, conseqüentemente, os aprimoramentos e modificações que sustentam o aperfeiçoamento da técnica, que o termo tecnologia aparece e ganha vida, pois se trata da utilização dos conhecimentos acumulados e informações pertinentes que contribuem para a produção de novos bens, modernos serviços e inovações.

Tomando como base o entendimento de tecnologia até então anunciado, Castells (2016), em suas considerações sobre a sociedade em rede, também destaca a *revolução tecnológica* como um importante marco histórico na sociedade. O autor, ao comparar com a Revolução Industrial, coloca em evidência a produção de bens tecnológicos como acontecimentos de extrema importância para a sociedade. Estamos falando da revolução da tecnologia da informação, que para Castells (2016, p. 71)

[...] foi essencial para a implementação de um importante processo de reestruturação do sistema capitalista a partir da década de 1980. No processo, o desenvolvimento e as manifestações dessa revolução tecnológica foram moldados pelas lógicas e interesses do capitalismo avançado, sem se limitarem às expressões desses interesses.

Reconhecemos que os autores associam a revolução tecnológica com a industrial, pois elas surgiram a partir de contextos sociais similares. Nesse aspecto, Baumgarten também toma como base a Revolução Industrial, para enfatizar que a partir dela a “ciência e tecnologia passaram a formar um binômio que mantém profunda relação com o desenvolvimento do capitalismo” (2006, p. 290). Isso nos leva a constatar que conhecer fenômenos e produzir

conhecimento são elementos que potencializam o aprimoramento das técnicas para produzir novos produtos e mercadorias, apropriando-se da tecnologia para solidificar esses processos.

Importante ressaltarmos, aqui, a partir das análises de Baumgarten (2006, p. 290), que o termo original da palavra tecnologia, do grego tekhnología, “significa tratamento ou descrição sistemática de uma ou mais teknai (artes, práticas, ofícios)”. A autora discorre que o significado do termo não mudou, considerando o período desde quando foi inaugurada a nomenclatura, no século 18, no entanto, o objeto que o designa expandiu-se de modo muito significativo na sociedade.

Desse modo, assim como o quadro negro foi uma importante tecnologia que se fez presente por décadas nos espaços da sala de aula - tecnologia desenvolvida há mais de um século para facilitar os mecanismos e técnicas de ensino - os aparelhos eletrônicos e recursos midiáticos foram surgindo com o decorrer do tempo na sociedade. Por esta razão atualmente existem as lousas virtuais, celulares, notebooks, *tablets* e outros recursos que se tornaram instrumentos tecnológicos que estão presentes na sociedade e que compõem os recursos didáticos do professor, como a lousa moderna e eletrônica, o computador, entre outros objetos, a exemplo de canetas com laser e data show (OLIVEIRA, 2019). Será que podemos dizer que esses recursos são inovações tecnológicas? Será que a sociedade reconhece e valoriza aquilo que é novo? Será que essas tecnologias são ferramentas facilitadoras do processo de ensino aprendizagem? Será que

facilitam a realização das ações de extensão?

## 5. TECNOLOGIAS E SUAS (NOVAS) ROUPAGENS

Podemos dizer ainda que vivemos na era das novas tecnologias? Reconhecemos que ao problematizar questões sobre novas culturas, considerando a presença das tecnologias digitais no meio social, Kenski (2013) nos alerta que a valorização do que é novo, mais potente ou, simplesmente, diferente e potencializador das interações entre os sujeitos, a comunicação, bem como o acesso e armazenamento das informações, faz parte das concepções culturais e sociais que estão presentes fortemente na atualidade. Nesse contexto, a sociedade se transforma a cada dia e, com ela, os objetos que o homem cria também. O *Iphone*, por exemplo, desde a sua criação e ampla proliferação na sociedade, já está em sua décima sétima versão, com configurações bem diferentes e melhoradas em comparação ao primeiro modelo. E esse dispositivo eletrônico não vai parar de sofrer modificações e constantes aperfeiçoamentos, ao passo que as pessoas não param de consumir esse produto.

Será que esses equipamentos modernos que circulam hoje na sociedade se configuram como novos instrumentos tecnológicos? Podemos dizer que são as denominadas “novas tecnologias”? Holzmann (2006) defende a ideia de que novas tecnologias é um termo empregado para identificar recursos relacionados à automação de base microeletrônica, que tem sido introduzida na indústria e nos serviços, como um dos instrumentos que

reestruturam a produtividade que não cessa na esfera global e mundial.

Nesta mesma perspectiva, encontramos em Castells (2016) o pensamento de que vivemos uma nova etapa do desenvolvimento do capitalismo, cuja integração dos mercados mundiais colocaria em “xeque” a atual organização econômica, baseada em economias nacionais autônomas. Ou seja, com a presença das (novas) tecnologias, ocorreram o aquecimento do mercado global e a integração de mercados financeiros que afetam a maneira como as empresas negociam atualmente. E o universo da educação, sobretudo do ensino superior, não deixa de ser impactado e afetado por esse fenômeno cultural em ascensão.

Desse modo, Holzman (2006) nos esclarece que a expressão “novas tecnologias” não pode restringir-se a inovações levadas a efeito na esfera da produção, bem como não se pode relacioná-las apenas a procedimentos e equipamentos com suporte tecnológico de natureza informacional. De acordo com a autora, as esferas da vida contemporânea estão sendo investigadas, organizadas e manipuladas com abordagens inovadoras, identificadas como novas tecnologias. Com essa compreensão, vemos que a palavra “novas tecnologias” não se reduz apenas à esfera da produção em larga escala, consolidada no auge do capitalismo neoliberal. Ela também é aplicável e cabe a outros aspectos e segmentos da sociedade, como exemplo: no campo das

comunicações (registra, processa e transmite dados em tempo real); na área da medicina (com exames, diagnósticos por imagem e procedimentos cirúrgicos feitos a distância); e porque não na educação (com a difusão da modalidade de ensino a distância e uso de tecnologias informacionais como recurso de aprendizagem e de pesquisa<sup>1</sup>).

Na esteira dessas reflexões, Castells (2016) problematiza questões sobre a sociedade em rede, reforçando o argumento de que a tecnologia não determina ou molda a sociedade, mas sim a incorpora. Porém, entendemos que a sociedade não determina a inovação tecnológica, mas faz uso desta. A sociedade não pode mais ser determinada ou representada sem seus recursos tecnológicos, uma vez que os instrumentos tecnológicos, sobretudo aqueles utilizados no campo da educação, nas salas de aula, nas pesquisas, nos programas e projetos de extensão, por exemplo, estão cada vez mais sendo implementados nos contextos educativos.

Podemos dizer que vivemos um novo tempo da cultura, uma nova era que permite olhar para trás e perceber as transformações que já ocorreram e o quanto aquilo que parecia ser “novo”, rapidamente deixa de ser. Vejamos, na sequência, um pouco dessa transição cultural que atravessou e ainda atravessa a sociedade acerca das mídias e do mundo digital em construção.

## **6. DA IDADE MÍDIA À CULTURA DIGITAL: METAMORFOSES CONCEITUAIS**

programas, projetos e formação técnica-profissional, principalmente quando esse processo não garante ou alcance os objetivos atrelados àquilo que é proposto.

---

<sup>1</sup> Aqui abrimos um parêntese para esclarecer que embora a Educação a Distância tenha crescido vertiginosamente no Brasil, e no mundo, existem grandes debates sobre a utilização da modalidade a distância para a realização de cursos,

As produções teóricas de Rubim (1995, 2000), Thompson (2008), Castells (2016), Dardot e Laval (2016), Santaella (2004), Silva (2012), Barreto (2014), Alves (2014) e Schwab (2016) demonstram que muitos fenômenos têm ocorridos em virtude do processo de construção da cultura digital e tecnológica. Esse fenômeno exerce impactos sobre as relações humanas, o trabalho, a política, a economia e a sociedade de modo geral, transformando culturas, ações, fluxos, ritmos, relações e a própria vida como um todo. Nas análises desses autores ficam evidentes a instauração de um movimento transformador na sociedade que colabora no sentido de constituir o ser humano, de modo a permitir que novas subjetividades sejam produzidas de acordo com os contextos culturais, econômicos e políticos nos quais os indivíduos estão inseridos, relacionam-se e exercem o trabalho.

Nesta direção, a metamorfose que o conceito Idade Mídia sofreu diz respeito às transformações ocorridas na sociedade (com os objetos, equipamentos, programas e recursos de mídia eletrônica). Se em décadas passadas a Idade Mídia representou um significativo marco, com o avançar do tempo e a revolução digital, a própria sociedade passou a investir na elaboração do conceito de cultura digital. Tal terminologia, portanto, tem sido um termo utilizado para indicar uma demarcação temporal fortemente desenhada pelo capitalismo global nos dias atuais, sobretudo pelo seu uso recorrente na literatura. Constatamos, na produção de diversos autores, a apropriação de tal conceito em razão dos sentidos e significados que ele possui e que se

mostram mais pertinentes para expressar o contexto cultural das últimas décadas OLIVEIRA, 2019).

Vale sublinhar que a Idade Mídia traduziu uma realidade marcada por melhorias tecnológicas altamente avançadas em relação às de outras épocas. No entanto, em pleno início do século 21, o ser humano vive em outra era, a da cultura digital, marcada pela digitalização e novos tipos de relações sociais que transformam a sociedade em suas várias dimensões. Essas transformações aos poucos ganham espaços nos contextos educativos, principalmente quando as tecnologias digitais são incorporadas nos processos que envolvem o universo da educação, em suas várias dimensões e aspectos.

Ao nos referirmos à cultura digital, pretendemos direcionar o pensamento para que a compreensão como um tempo marcado por revoluções tecnológicas e digitais, em que as imagens e as informações são difundidas e circuladas de modo acelerado em detrimento desse novo cenário em processo de (re)construção – sofisticação, convergência e proliferação das mídias eletrônicas e das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC).

Nesta sociedade tecnológica permeada pela cultura digital, de um modo geral, indivíduos constroem relações e estabelecem contato com os mais diversos tipos de equipamentos eletrônicos e midiáticos, veiculadores das informações que movimentam, afetam e constituem o próprio ser humano. Hoje, com as inovações e revoluções, a sociedade passou a ser conduzida com base em novas lógicas, dimensões, processos e operacionalizações que parece superar em formatos e conteúdos

o estabelecido pela era da Idade Mídia iniciada ainda no século XX. Devido à percepção desse movimento e das transições pelas quais a sociedade e os indivíduos atravessam, importa a análise da passagem de uma era para outra, tendo em vista distinguir diferenças e aproximações entre elas, as quais nos permitam reconhecer os fenômenos essenciais a passagem “da Idade Mídia à cultura digital”.

É pertinente contextualizar que mídia é entendida como um conjunto de artefatos e objetos técnicos, inventados para a realização de atividades humanas. Guazina (2007) pesquisou os diferentes tipos de conceitos relativos à mídia em trabalhos no campo da comunicação e da ciência política. A autora menciona haver uma multiplicidade de entendimentos que são atravessados por condições históricas. Da mesma forma entendemos o conceito Idade Mídia, também construído historicamente, e do mesmo modo sujeito a modificações e novas agregações a ele incorporadas em virtude dos movimentos da sociedade.

Desse modo, trazemos aqui o que pode servir para explicar teoricamente como ocorreu o curso dessas transformações. Em meio a uma temporalidade específica, que demarca os espaços e as relações estabelecidas com os meios, objetos e produtos e sujeitos, estão as tecnologias digitais. Da mesma forma que o conceito de Idade Mídia absorveu modificações, o próprio conceito de Tecnologias Digitais, antes conhecido como Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), vem sofrendo alterações, e agora praticamente não é mais utilizado como em décadas passadas, em razão do novo conceito de TDIC, que se apresenta com mais expressão e abrangência.

Costa, Duqueviz e Pedroza (2015) diferenciam as TIC das TDIC, alegando que o termo TIC abrange as tecnologias mais antigas como a televisão, a mídia impressa como os jornais e o mimeógrafo, por exemplo, que têm sido substituídas pelas novas tecnologias digitais. Nesse sentido, Kenski (2013) corrobora que as tecnologias digitais introduzem uma nova dinâmica na compreensão das relações que existem com o tempo e o espaço.

Por outro lado, Lopes e Melo (2014) afirmam que as tecnologias digitais marcam um novo período durante o desenvolvimento das Tecnologias da Informação e Comunicação – muito importante no final do século XX. Argumentam os autores que embora não se possa falar de eras bem definidas, dada a capacidade de coexistência e complexificação das tecnologias, podem ser identificados três ou mais períodos na história das TIC, cada um deles tendo a predominância de determinadas tecnologias e de transformações a elas associadas. Os teóricos apoiam nos estudos de Lévy (1993) e Santaella (2003) para nos mostrar que o desenvolvimento da oralidade, da escrita e da informática é produto de uma cultura que fez parte do universo das TIC. Santaella (2003), por sua vez, lembra a existência de duas outras culturas mais próximas da impressa e a digital: a cultura de massas e a das mídias. Santaella complementa que a primeira incluiu o jornal, o telégrafo, a fotografia, o cinema e a televisão. A segunda, a das mídias, surgiu com a criação de equipamentos e outros recursos, tais como fotocopiadoras, videocassetes, videogames, revistas e programas de rádio especializados e TV a cabo, propiciando um modo de produção, distribuição e consumo mais diversificado

e individualizado, diferentemente da lógica anterior, massiva e passiva.

Em 2017, Santaella e Braga discutiram metamorfoses que não cessam na cultura digital e nos chamam a atenção para pensar em como tem sido acelerado o desenvolvimento dos sistemas de arquivamento e transferência de informação. Para eles, esses sistemas também se referem ao entretenimento, troca e compartilhamento digital que, de certa maneira, têm provocado inúmeras mudanças em praticamente todos os estratos das sociedades humanas. São reflexos de uma cultura digital que, por ser latente, abrangente e necessária, abarca a sociedade e seus segmentos de maneira bem geral.

No contexto mais atual, quando procuramos analisar algumas características desta nova cultura, a digital, recorremos a Santaella (2003, p. 60) que ressalta um ponto importante que se caracterizou como um marco na sociedade: a convergência das mídias – a escrita, o audiovisual, as telecomunicações e a informática – que, como podemos notar e até mesmo vivenciar, “podem ser traduzidas, manipuladas, armazenadas, reproduzidas e distribuídas digitalmente”.

Frente a esse contexto, percebemos que após 2009, não encontramos registros de produções bibliográficas que trouxessem o tema Idade Mídia como mote principal. Muito provável que isto ocorreu, sem sombra de dúvidas, porque a ideia de cultura digital é mais ampla, indicativa de constituição de apropriação de uma cultura que remete a novas relações e subjetividades.

Nesse sentido, compreendemos que o conceito de Idade Mídia foi superado pelo conceito de cultura digital, principalmente

porque as experiências humanas passaram a ser mais mediadas pelas inovações tecnológicas proporcionadas pelo fenômeno da cultura digital. Nestas experiências de mediação, os equipamentos, recursos e objetos eletrônicos produzidos pela Idade Mídia, são fundamentais e incluem-se nesses processos, como é possível observar ao nosso redor por meio das ações realizadas.

## **7. O QUE SE ESPERA DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA MEDIADA PELA(S) TECNOLOGIA(S)?**

Esta última seção antes das considerações finais foi elaborada em forma de pergunta exatamente para aguçar o pensamento e provocar algumas (outras) reflexões, afinal, são muitas as possibilidades de respostas.

Não temos a pretensão de fazer uma “receita de bolo” ou escrever um manual de orientações a ser seguido à risca. Até porque a extensão não requer rigidez, cristalização, engessamento, uma vez que ela é plural, multifacetada, diversa, puro movimento, conseqüentemente, a extensão expressa uma infinidade de possibilidades.

Portanto, esperamos que a extensão universitária seja cada vez mais mediada pelas tecnologias, sim, pois essa mediação contribui sobremaneira para o aperfeiçoamento das experiências e das relações humanas, refletindo positivamente no aspecto da humanização – premissa básica da educação.

Alonso et al. (2014 apud Alonso, 2017, p. 26-27), discutem a relação entre cultura digital e experiências humanas. Nessas relações acontecem possíveis

implicações para a vida do sujeito que, de certa maneira, se reflete no campo educacional, pois para eles,

[...] mais que traduzir, evidenciar ou definir o que seria “cultura digital”, é importante perceber que os elementos e características até o momento postos, adquirem materialidade quando pensados conjuntamente por serem interdependentes, implicando-se mutuamente, por isso a ideia de fluxo que se movimenta a depender da maneira pela qual o conjunto se forma. Daí a complexidade de compreensão do vivido, de como são atravessadas as experiências humanas mediadas tecnologicamente, característica fundamental da “cultura digital”.

Alonso (2017) nos convida a refletir que a cultura digital tem a ver com a ideia de que as TIC são elementos dela. Desse modo, tais tecnologias se põem como artefatos no contexto social e cultural de maneira que nós, como conhecedores delas e servindo-nos delas, passamos a ser seus usuários cada vez com mais intensidade e frequência, de modo a experimentarmos uma imersão progressiva na cultura por elas definida. Nesse sentido, podemos afirmar que os professores e estudantes se apropriam e reproduzem a cultura digital, pois eles utilizam recursos tecnológicos no desenvolvimento de seus programas, projetos, cursos, eventos, prestações de serviços e ações.

Conforme Oliveira (2019) defende em sua tese, nesta era tecnológica e digital, distintos teóricos apontam haver uma forte tendência da virtualização e digitalização que se expressa na sociedade, cada vez em maiores proporções, e que por exercer fatores muito significativos para o ser humano não seria mais possível ver o mundo sem os recursos digitais e virtuais que temos disponíveis no planeta.

Longo (2014), por exemplo, publicou uma obra com análises e reflexões muito instigantes sobre como as “regras mudaram na era pós-digital”, sobretudo no cenário do marketing e da comunicação. Há, portanto, já quem denomina esse novo tempo da cultura de “pós-digital”. Enquanto vários estudiosos discutem questões emblemáticas que ocorrem na era digital (transformação do trabalho, alteração das relações humanas, afetivas, etc.), bem como seus efeitos, outros destacam e defendem a ideia de uma nova cultura que, além de agir na sociedade em geral, também interfere na educação (implicações positivas e negativas para a escola, o ensino superior e outros aspectos da educação).

Considerando a era pós-digital, Longo (2014) menciona que nela o ser humano se insere e, dessa forma, é preciso que sejam ampliadas, e em larga escala, maiores dedicações às novas tendências com as quais nos deparamos. Como salienta o autor, “nunca o mundo mudou tanto quanto agora, alterando o cenário competitivo, as relações pessoais, o ambiente tecnológico e os paradigmas de gestão, tudo em alta velocidade e com características exponenciais” (LONGO, 2014, p. 35). O autor, por sua vez, no decorrer de sua obra, deixa pistas de que é preciso estar atento e se preocupar com o futuro. Mas, em que sentido? Com ele vimos que, na era digital, as coisas acontecem de forma muito rápida. Por exemplo, “em apenas uma década, segmentos inteiros de atividade desapareceram, enquanto outros surgiram e dominaram o mercado” (LONGO, 2014, p. 36). Esse movimento nos impulsiona, de certa maneira, a adaptar-se às possíveis inovações da era

digital, principalmente quando o assunto é manter-se atualizado.

Ao tomar essa dimensão da tecnologia como uma importante reflexão neste artigo, defendemos a ideia de que a sociedade não é capaz de continuar avançando, em seus diversos aspectos, sobretudo na ciência, sem a tecnologia e o universo digital atrelado a ela, e vice-versa. Voltamos a Castells (2016) para reforçar a ideia de que a tecnologia não é capaz de moldar, por si só, a sociedade, e, mais ainda, a sociedade não pode mais ser determinada ou representada sem seus recursos tecnológicos e vice-versa, inclusive o universo educacional. Trata-se, portanto, de uma via de mão dupla, em que o entrecruzamento entre sociedade, escola, universidade e tecnologia expressa significados e permitem compreendermos que não é mais possível dissociar essas instâncias e ignorar as inter-relações entre elas, porquanto uma está inevitavelmente ligada à outra.

Frente a esse contexto, temos observado, de perto, uma penetração das tecnologias digitais nos mais variados contextos da sociedade, nos ambientes educativos e, notadamente, no espaço da sala de aula. Não só em seu interior, como também fora dela, elas têm se tornado recursos que modificam [ou não] as atividades de ensino, extensão, inovação e até mesmo de pesquisa. Isto ocorre a depender da maneira como os envolvidos nesse processo utilizam, exploram e se apropriam dos recursos tecnológicos, digitais e eletrônicos.

Portanto, esperamos que a universidade tenha espaço para a realização de uma extensão universitária que possa abarcar as diversas possibilidades e recursos tecnológicos e digitais que a cultura oferece, visando

alcançar a constituição de cidadãos por meio de uma formação humanizadora e transformadora que contribua com o (bom) desenvolvimento da sociedade.

## 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso objetivo neste artigo foi refletir sobre a interface extensão universitária e tecnologia como um fenômeno possível em tempos de cultura digital. No texto provocamos o leitor a refletir sobre o processo histórico da extensão universitária no Brasil, suas nuances e desenhos que permitiram a construção de importantes documentos e regulamentações no âmbito nacional, conquistas que contribuem para a consolidação do conceito de extensão universitária. Também exploramos o conceito de tecnologias, demonstrando o processo que envolve o constante movimento da sociedade, sobretudo no que diz respeito às atualizações conceituais que ocorrem em virtude das transformações culturais e científicas.

Como ao longo do texto procuramos lançar algumas questões/perguntas para instigar a reflexão, nestas considerações finais também não abriremos mão de registrar outras indagações. Tomando como base a historicidade e contextos apresentados, acerca da relação entre sujeito (no caso professores, estudantes, comunidade acadêmica) e recursos tecnológicos e digitais, perguntamos: será que na educação superior não é possível trabalhar o ensino, a pesquisa, a extensão e a inovação sem as tecnologias digitais de informação e comunicação? As denominadas “novas tecnologias” digitais são imprescindíveis para o desenvolvimento de projetos e ações que

abarcam a comunidade em suas várias dimensões e aspectos?

Como tentamos demonstrar no artigo, para um conjunto de autores que se inspiram em teóricos como McLuhan, Lévy e Kerckhove, as TDIC são percebidas para além de extensões do corpo humano. Como afirmam os pesquisadores, essas tecnologias, “por sua plasticidade, ao proporcionarem interação e interatividade, conformariam não só outras e novas expressões de nós mesmos, mas ‘cunhagens’ profundas nos modos pelos quais as culturas são organizadas atualmente” (ALONSO et al, 2012, p. 1074-1075). As tecnologias digitais na visão dos autores potencializam a realidade virtual em perspectivas mais amplas e densas por serem instrumentos que promovem a interação e interatividade de modo a

contribuir com a produção de uma nova cultura nos tempos atuais (OLIVEIRA, 2019).

Desse modo, não é possível pensar em uma universidade dissociada/separada do universo que abarca os recursos tecnológicos, pois a sociedade só consegue avançar e se aprimorar em virtude do aprimoramento das técnicas (tecnologia) que ocorrem a partir das necessidades da própria sociedade. Assim, para trabalhar o ensino, a pesquisa, a extensão e a inovação no ensino superior, as tecnologias (digitais) são bem-vindas, pois elas permitem ampliar o alcance, acelerar processos, impactar pessoas e, conseqüentemente, contribuir exponencialmente com a educação, principalmente com as ações de extensão.

## REFERÊNCIAS

1. ALONSO, Kátia Morosov; SILVA, Danilo; SILVEIRA, Maria Cristina; STROBEL, Mabel. 2 Diálogos possíveis: entre a autopoiesis e as tecnologias da inteligência. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 121, p. 1073-1087, out.- dez. 2012.
2. ALONSO, Kátia Morosov; ARAGÓN, R.; SILVA, D. G.; CHARCZUK, S. M. Aprender e ensinar em tempos de cultura digital. **EmRede**, v. 1, n. 1 p. 152-168, 2014.
3. ALONSO, Kátia Morosov. Cultura digital e formação: entre um devir e realidades pungentes. In: CERNY, Roseli Zen et al. (Orgs.). **Formação de educadores na cultura digital: a construção coletiva de uma proposta**. 1. Ed. Florianópolis: UFSC/CED/NUP, 2017.
4. ALVES, Giovanni. **Trabalho e neodesenvolvimentismo**: choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil. Bauru: Canal 6, 2014, 224 p.
5. BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007, 119 p.
6. BAUMAN, Zygmunt. A cultura no mundo líquido moderno. 1. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
7. BAUMGARTEN, Maíra. Tecnologia. In: CATTANI, Antônio David; HOLZMANN, Lorena. (Orgs.). **Dicionário de Trabalho e Tecnologia**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2006.
8. CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Tradução de Roneide Venâncio Majer. 10. ed. Rio: Paz e Terra, 2016. v.1. 617 p.
9. COSTA, Sandra Regina Santana; DUQUEVIZ, Bárbara Cristina; PEDROZA, Regina Lúcia Sucupira. **Tecnologias digitais como**

- instrumentos mediadores da aprendizagem dos nativos digitais. **Psicol. Esc. Educ.**, Maringá, v. 19, n. 3, p. 603-610, dez. 2015.
10. DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução de Mariana Echalar. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016. 413p.
11. GUAZINA, Liziane. O conceito de mídia na comunicação e na ciência política: desafios interdisciplinares. **REVISTA DEBATES**, Porto Alegre, v.1, n.1, p. 49-64, jul.- dez., 2007.
12. HOLZMANN, Lorena. Novas tecnologias. In: CATTANI, Antônio David; HOLZMANN, Lorena. (Orgs.). **Dicionário de Trabalho e Tecnologia**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2006.
13. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Indissociabilidade ensino–pesquisa–extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão**. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC/SESu, 2006.100p. (Coleção Extensão Universitária)
14. KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologias e tempo docente**. Campinas, SP: Papyrus, 2013.
15. KERCKHOVE, Derrick de. **A pele da cultura**. Tradução de Luís Soares e Catarina Carvalho. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 1997.
16. LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência**: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.
17. LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.
18. LONGO, Walter. **Marketing e comunicação na era pós-digital**: as regras mudaram. São Paulo: HSM do Brasil, 2014.
19. LOPES, Onofre. **CRUTAC e CINCRUTAC. Treinamento Rural Universitário, Prestação de Serviço à Comunidade**. Imprensa Universitária, fevereiro de 1972.
20. LOPES, Priscila Malaquias Alves; MELO, Maria de Fátima Aranha de Queiroz. O uso das tecnologias digitais em educação: seguindo um fenômeno em construção. **Psic. da Ed.**, São Paulo, 38, 1º sem. de 2014, p. 49-61.
21. MCLUHAN, M. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. 10. ed. Trad. Décio Pignatari. São Paulo: Cultrix, 1995.
22. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/ CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. **Resolução Nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a extensão na educação superior brasileira e regimenta o disposto na meta 12.7 da Lei ° 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências.
23. NEGROPONTE, Nicholas. **A vida digital**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
24. OLIVEIRA, Evandro Salvador Alves. **Dos cadernos amarelos aos arquivos infinitos: metamorfoses do trabalho docente na cultura digital, pontos e contrapontos na UNIFIMES-GO**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de Uberaba, Uberaba, 2019.
25. Plano Nacional de Extensão Universitária - PNEU/ Fórum de pró-reitores de extensão das universidades públicas brasileiras. - Ilhéus: Editus, 2001. 65p. - (Coleção Extensão Universitária; v.1)
26. Política Nacional de Extensão Universitária. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. 74 p. Apresentado no XXVI Encontro Nacional FORPROEX (2009: Rio de Janeiro, RJ) e aprovado no XXXI Encontro Nacional em Manaus, AM. Gráfica da UFRGS. Porto Alegre, RS (Brasil), 2ª impressão: agosto/2013. (Coleção Extensão Universitária; v. 7)

27. PINTO, Álvaro Vieira. **O conceito de tecnologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
28. RUBIM, Antônio Albino Canelas. (Org.). **Idade Mídia**. Salvador: EDUFBA, 1995.
29. RUBIM, Antônio Albino Canelas. A contemporaneidade como idade mídia. In: **Interface- Comunicação, Saúde, Educação**, v.4, n.7, p.25-36, 2000.
30. SANTAELLA, L. Formas de socialização na cultura digital. In: SANTAELLA, L. **Culturas e artes do pós-humano: da cultura das mídias à cibercultura**. São Paulo: Paulus, 2003.
31. SANTAELLA, Lúcia. **Corpo e comunicação: sintoma da cultura**. São Paulo: Paulus, 2004.
32. SANTAELLA, Lúcia; BRAGA, Alexandre. Metamorfoses na cultura digital e na educação. In: CERNY, Roseli Zen *et al.* (Orgs.). **Formação de educadores na cultura digital: a construção coletiva de uma proposta**. 1.ed. Florianópolis: UFSC/CED/NUP, 2017.
33. SAVIANI, Dermeval. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024**. Autores Associados. Campinas, 2014.
34. SCHWAB, Klaus. **A quarta revolução industrial**. São Paulo: Edipro, 2016.
35. THOMPSON, John Brookshire. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Trad. Wagner de Oliveira Brandão. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.



REVISTA  
DE EXTENSÃO  
DA UNIVERSIDADE  
DE PERNAMBUCO



## ATIVIDADES DE EXTENSÃO MEDIADAS POR TECNOLOGIA NA UNIVERSIDADE DE RIO VERDE E PÚBLICO ENVOLVIDO: RELATO DE CASO

### EXTENSION ACTIVITIES MEDIATED BY TECHNOLOGY AT THE UNIVERSITY OF RIO VERDE AND THE PUBLIC INVOLVED: CASE REPORT

Alberto Barella Netto<sup>1</sup> [orcid.org/0000-0003-0615-1865](https://orcid.org/0000-0003-0615-1865)

Vanessa Renata Molinero de Paula<sup>2</sup> [orcid.org/0000-0003-4537-9811](https://orcid.org/0000-0003-4537-9811)

Gilmar Oliveira Santos<sup>3</sup> [orcid.org/0000-0002-4497-6107](https://orcid.org/0000-0002-4497-6107)

<sup>1</sup> Reitor da UniRV, Mestre em Administração - Gestão Empresarial, Universidade de Rio Verde, Rio Verde, Goiás, Brasil.

<sup>2</sup> Pró-reitora de Extensão e Cultura da UniRV, Mestre em Fisioterapia Ortopédica e Traumatológica, Universidade de Rio Verde, Rio Verde, Goiás, Brasil.

<sup>3</sup> Coordenador de Extensão da UniRV, Doutor em Agronomia, Universidade de Rio Verde, Rio Verde, Goiás, Brasil.

E-mail do autor correspondente: [proext@unirv.edu.br](mailto:proext@unirv.edu.br)

#### RESUMO

As tecnologias digitais propiciaram a continuidade às ações de ensino, pesquisa e extensão, no período pandêmico, e se manteve como uma alternativa de uso. Assim, esse trabalho tem como objetivo apresentar as atividades de extensão universitária realizadas na Universidade de Rio Verde (UniRV), em relação à utilização de tecnologias digitais desde a pré-pandemia até os dias atuais e o público envolvido e a evolução da utilização destas tecnologias no período pós-pandemia. Os dados das ações de extensão e público beneficiado, foram obtidos através de projetos cadastrados na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade de Rio Verde, no período de janeiro de 2019 a outubro de 2023 que fizeram o uso de tecnologias digitais de informação e comunicação. No período pandêmico houve uma maior utilização das tecnologias digitais nas ações de extensão (>63%), quando comparada ao cessar da pandemia (33%). Embora a utilização das tecnologias digitais nas ações extensionistas possam de alguma forma facilitar e atingir um público maior de participantes, na UniRV tem-se observado o crescimento de ações presenciais, buscando cada vez mais um convívio social com o intuito de potencializar as trocas de saberes e conhecimentos entre Universidade e comunidade.

**Palavras-chave:** Comunicação; Tecnologias digitais; Extensão Universitária; Relação comunidade-instituição.

#### ABSTRACT

Digital technologies enabled the continuity of teaching, research and extension actions during the pandemic period, and remained an alternative for use. Thus, this work aims to present the university extension activities carried out at the University of Rio Verde (UniRV), in relation to the use of digital technologies from pre-pandemic to the present day and the public involved and the evolution of the use of these technologies in the post-pandemic period. Data on extension actions and the public benefited were obtained through projects registered with the Dean of Extension and Culture of the University of Rio Verde, from January 2019 to October 2023, which made use of digital information technologies and communication. During the pandemic period, there was greater use of digital technologies in extension actions (>63%), when compared to the end of the pandemic (33%). Although the use of digital technologies in extension actions can somehow facilitate and reach a larger audience of participants, at UniRV there has been an increase in face-to-face actions, increasingly seeking social interaction with the aim of enhancing the exchange of knowledge and knowledge between University and community.

**Keywords:** Communication; Digital technologies; University Extension; Community-institution relationship.

## 1. INTRODUÇÃO

A UniRV – Universidade de Rio Verde, tem se destacado pelas suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Criada em 1973, tem-se preocupado continuamente com a qualidade do ensino superior, concentrando muitos esforços para que a extensão universitária seja realizada com sentido freiriano, assim como da maneira proposta por Moura e Rodrigues (2022).

Para essas autoras, a extensão universitária não é percebida como uma zona de filantropia ou doação de saberes, elas destacam a notoriedade de um debate dialógico entre a comunidade externa e a Universidade, com a proposição de ações que promovam conhecimentos e experiências de maneira exponencial.

Freire (2011), impõe-se atenção ao uso do termo extensão, pois designa uma maneira de doação, no âmbito do qual a comunidade seria apenas receptora de um saber verticalizado. No entanto, é fundamental aproximar o debate e atividades em uma perspectiva libertadora, a fim de compreender a realidade dos sujeitos participantes, para que sejam realizadas as ações (FREIRE, 2011).

Em decorrência da pandemia pela Covid 19, os docentes universitários necessitaram se adaptar ao teletrabalho, utilizando Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC's) (Gerding, 2021), para diminuir a propagação do coronavírus como medida de prevenção (HURŠIDIĆ RADULOVIĆ et al., 2021; BRASIL, 2020).

Muitas Universidades necessitaram adotar o uso de TDIC's para a continuidade de suas atividades, incluindo as ações extensionistas. Para Fernandes

et al. (2022), o uso das TDIC's pode ser utilizado como uma importante ferramenta para ampliar as possibilidades de idealização e prática de ações educativas em situação pandêmica de "isolamento social".

Para Sotero et al. (2021) através das TDIC's é possível oferecer à população meios para interagir e expressar conhecimento e informações entre si, sendo útil para a aprendizagem e a criação de conhecimento.

Na UniRV durante o período pandêmico, para dar continuidade às ações extensionistas e evitar o risco de contaminação, houve a priorização de uma série de ações com o uso de TDIC's, sejam elas grupos de estudos, lives, rodas de conversas, dentre outras que agregaram um número expressivo de participantes.

Esta oportunidade de atingir um maior número de pessoas utilizando TDIC's, além de propiciar a interação do processo de ensino, pesquisa e extensão (ALBUQUERQUE, 2022), fez com que a UniRV adotasse esta metodologia em parte de suas ações extensionistas mesmo no período pós-pandêmico.

Portanto, esse trabalho teve como objetivo, apresentar as atividades de extensão universitária realizadas na Universidade de Rio Verde (UniRV), em relação à utilização de tecnologias digitais desde a pré-pandemia até os dias atuais e o público envolvido e a evolução da utilização destas tecnologias no período pós-pandemia.

## 2. PERCURSO METODOLÓGICO

Para o desenvolvimento deste trabalho, foi realizado a coleta dos dados de ações extensionistas cadastrados na Pró-

Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade de Rio Verde, Goiás, Brasil.

Nesta coleta, avaliou-se todas as ações cadastradas no período de janeiro de 2019 (ano anterior a pandemia) a outubro de 2023 (data final da coleta dos dados), e quais delas fizeram o uso de TDIC's.

Realizou-se um detalhamento anual destas ações, diferenciando as que utilizaram TDIC's das que não fizeram uso desta tecnologia.

O número de participantes atingidos e envolvidos com as ações extensionistas foi quantificado, destacando a quantidade de servidores (docentes e técnico-administrativo), discentes e comunidade externa à UniRV.

As ações extensionistas que fizeram uso de TDIC's foram separados também de acordo com as áreas do conhecimento.

Outra análise incluiu os impactos destas ações com a utilização de TDIC's na comunidade e os benefícios alcançados pelos discentes, docentes e servidores técnico-administrativos envolvidos.

Todos os dados utilizados neste artigo foram informados pelos coordenadores de cada proposta por meio de relatório final com comprovação documental e confirmadas por meio de visitas *in loco* realizadas pela equipe da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UniRV.

Importante ressaltar que as ações extensionistas que foram submetidas ao CEP - Conselho de ética e Pesquisa, incluíam pesquisas envolvendo seres humanos, como "pesquisa que, individual ou coletivamente, tenha como participante o ser humano, em sua totalidade ou partes dele, e o envolva de forma direta ou indireta, incluindo o manejo de seus dados,

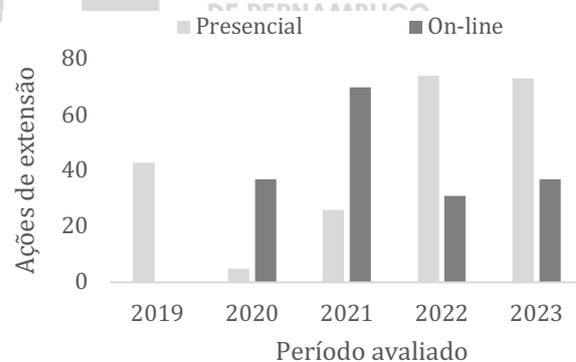
informações ou materiais biológicos" (RESOLUÇÃO 466/12,II.14).

Já as ações que envolviam a utilização de animais, foram submetidas à CEUA – Comissão de Ética no Uso de Animais.

### 3. RESULTADOS

Dentre os trabalhos cadastrados no período de janeiro de 2019 (ano anterior a pandemia) a outubro de 2023 (data final da coleta dos dados), foram contabilizados 396 (trezentas e noventa e seis) ações de extensão universitária, sendo que 175 (cento e setenta e cinco) dessas ações fizeram o uso de TDIC's em algum momento, o que representa 44,2% das ações (Figura 1).

Figura 1. Ações de extensão realizadas no período pré-pandêmico até pós-pandemia, em condição presencial e on-line na Universidade de Rio Verde.



Importante ressaltar que no ano de 2019 não houve nenhuma ação utilizando TDIC's, e que nos anos pandêmicos (2020-2022) estas ações extensionistas que fizeram uso de TDIC's foram muito mais frequentes (>63%) que no período pós-pandêmico, em 2023 (33%).

Em todas as ações avaliadas durante o período de janeiro de 2019 a outubro de 2023, houve 845.341 (oitocentos e quarenta e cinco mil trezentos e quarenta e um) participantes atingidos e envolvidos

com as ações extensionistas, sendo 15.552 (quinze mil quinhentos e cinquenta e dois) servidores (docentes e técnico-administrativo) e discentes e 829.789 (oitocentos e vinte e nove mil setecentos e oitenta e nove) da comunidade externa à UniRV.

A participação dos docentes e discentes representa 31,4% de toda comunidade acadêmica.

Também neste período, por meio das ações que fizeram o uso de TDIC's, observou-se que houve 213.420 (duzentos e treze mil quatrocentos e vinte participantes atingidos e envolvidos com as ações extensionistas, sendo 3.370 (três mil trezentos e setenta) servidores docentes e técnico-administrativo e discentes e 210.050 (duzentos e dez mil e cinquenta) da comunidade externa à UniRV, ressaltando que no ano de 2019, nenhuma ação extensionista foi realizada utilizando TDIC's.

Por meio de um detalhamento anual, pode-se destacar os seguintes dados: No ano de 2019 (ano pré-pandêmico), que não houve ação extensionista utilizando TDIC's, foram realizadas 43 (quarenta e três) ações de extensão, com um público de 83.500 (oitenta e três mil e quinhentos) participantes, sendo 3.000 (três mil) discentes, servidores docentes e técnico administrativo e 80.500 (oitenta mil e quinhentos) da comunidade externa à UniRV.

Em 2020, início do período pandêmico, foram realizadas 42 (quarenta e dois) ações de extensão, sendo que 37 (trinta e sete) dessas, utilizaram TDIC's. Neste ano, houve em todas as ações cadastradas um público de 80.600 (oitenta mil e seiscentos) participantes, sendo 600 (seiscentos) discentes, servidores docentes e técnico administrativo e

80.000 (oitenta mil) da comunidade externa à UniRV. Já nas ações que utilizaram TDIC's foram 50.200 (cinquenta mil e duzentos) participantes, sendo 200 (duzentos) discentes, servidores docentes e técnico administrativo e 50.000 (oitenta mil) da comunidade externa à UniRV.

No ano de 2021, foram realizadas 96 (noventa e seis) ações de extensão, sendo que 70 (setenta) dessas, utilizaram TDIC's. Neste ano, houve em todas as ações cadastradas um público de 159.164 (cento e cinquenta e nove mil cento e sessenta e quatro) participantes, sendo 2.566 (dois mil quinhentos e sessenta e seis) discentes, servidores docentes e técnico administrativo e 156.598 (cento e cinquenta e seis mil quinhentos e noventa e oito) da comunidade externa à UniRV. Já nas ações que utilizaram TDIC's foram 122.000 (cento e vinte dois mil) participantes, sendo 1.500 (um mil e quinhentos) discentes, servidores docentes e técnico administrativo e 125.500 (cento e vinte mil e quinhentos) da comunidade externa à UniRV.

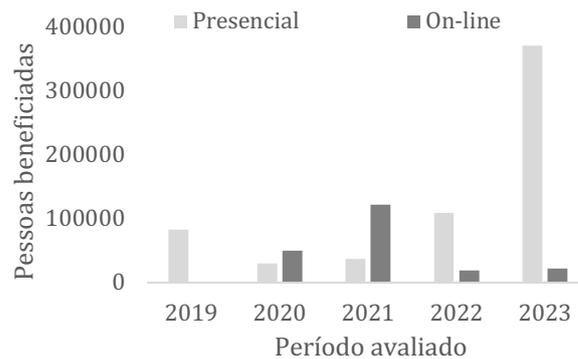
Em 2022, início do período pós pandêmico, foram realizadas 105 (cento e cinco) ações de extensão, sendo que 31 (trinta e uma) dessas, utilizaram TDIC's. Neste ano, houve em todas as ações cadastradas um público de 128.808 (cento e vinte e oito mil oitocentos e oito) participantes, sendo 4.480 (quatro mil quatrocentos e oitenta) discentes, servidores docentes e técnico administrativo e 124.328 (cento e vinte e quatro mil trezentos e vinte e oito) da comunidade externa à UniRV. Já nas ações que utilizaram TDIC's foram 19.414 (dezenove mil quatrocentos e quatorze) participantes, sendo 704 (setecentos e quatro) discentes, servidores docentes e técnico administrativo e 18.710 (dezoito

mil setecentos e dez) da comunidade externa à UniRV.

Neste ano de 2023, de janeiro até outubro, foram realizadas 110 (cento e dez) ações de extensão, sendo que 37 (trinta e sete) dessas, utilizaram TDIC's. Até outubro de 2023, houve em todas as ações cadastradas um público de 393.269 (trezentos e noventa e três mil duzentos e sessenta e nove) participantes, sendo 4.906 (quatro mil novecentos e seis) discentes, servidores docentes e técnico administrativo e 388.363 (trezentos e oitenta e oito mil trezentos e sessenta e três) da comunidade externa à UniRV. Já nas ações que utilizaram TDIC's foram 21.806 (vinte e um mil oitocentos e seis) participantes, sendo 966 (novecentos e sessenta e seis) discentes, servidores docentes e técnico administrativo e 20.840 (vinte mil oitocentos e quarenta) da comunidade externa à UniRV.

Em relação as áreas do conhecimento que adotaram a utilização de TDIC's para a realização das atividades de extensão, pode-se verificar que em 2020 foram executadas 02 (duas) na área de agrárias, 04 (quatro) das ciências sociais e humanas aplicadas (CSHA), 02 (duas) das licenciaturas e 25 (vinte e cinco) da saúde (Figura 2).

Figura 2. Pessoas beneficiadas pelas ações de extensão realizadas na Universidade de Rio Verde de 2019 à 2023.



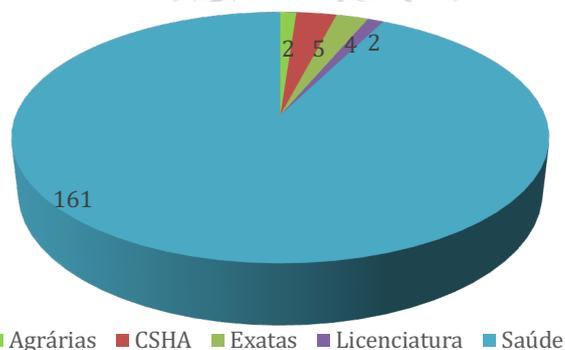
Em 2021 foram 69 (sessenta e nove) ações utilizando TDIC's na área da saúde e 01 (uma) na área de exatas.

No ano de 2022, apenas a área da saúde realizou ações utilizando TDIC's, sendo 31 (trinta e uma) ações.

Finalmente de janeiro a outubro deste ano, foram realizadas 36 (trinta e seis) ações utilizando TDIC's da área da saúde e apenas 01 (uma) da CSHA.

Foram contabilizadas 174 ações de extensão utilizando TDIC's no período de 2019 a 2023, sendo 92,5% realizadas na área da saúde (Figura 3). Esse fato ocorreu devido a relevância do tema associado a busca por informações científicas no momento em que circulava muitas *fake News*.

Figura 3. Ações de extensão mediada por tecnologia no período de 2019 à 2023 por área do conhecimento realizada na Universidade de Rio Verde.



Os principais impactos destas ações na comunidade, avaliados por meio de relatos foram diversos, podendo ser

destacados: melhor orientação em relação à saúde da mulher, saúde do idoso, posturas adequadas para evitar dores em geral em decorrência do novo formato de trabalho com a utilização de TDIC's, combate às *fake News* em relação ao processo de vacinação e prevenção à Covid 19, orientações sobre atividades para realizar com crianças no lar, atendimentos jurídicos nas áreas penal e civil e cuidados com obesidade, hipertensão arterial sistêmica (HAS), diabetes, doenças da tireoide.

É fundamental destacar ainda os relatos sobre os principais benefícios alcançados pelos nossos discentes, docentes e técnico-administrativo, que envolvem aumento de, sendo as ações uma oportunidade para conhecer novos profissionais que podem auxiliar durante e após a realização da ação; oportunidade de colocar em prática o que se ensina ou os conteúdos aprendidos na sala de aula, estimulando cada vez mais o desenvolvimento e evolução em diversos setores do conhecimento e saberes.

Para os discentes além destes benefícios, pode-se destacar que as ações extensionistas os tornam profissionais mais qualificados e capacitados, não só pela experiência e contato com a comunidade, mas também por descobrirem por meio destas ações, com quais áreas se identificam mais.

#### 4. DISCUSSÃO

As ações de extensão devem promover práticas nas quais os envolvidos busquem juntos e aprendam juntos. Não se pode desvincular a experiência prática social do processo de ensino e aprendizagem. Desta forma, é importante que a tarefa do docente inclua socializar o

conhecimento e promover ações práticas para o seu debate (FREIRE, 2013).

Os pilares para as ações extensionistas devem ser fundados nos princípios da autonomia e abertura à diversidade de saberes que os docentes e discentes já trazem consigo a partir das suas experiências pessoais (FREIRE, 2013).

Essas experiências pessoais, colocadas em confronto produtivo de práticas educativas, podem se transformar em ricas experiências com muitos significados que, na maioria das vezes, ensinam mais do que o currículo (FREIRE, 1996).

Nota-se por meio deste estudo, que no ano de 2019, assim como em anos anteriores, não havia experiências com atividades extensionistas utilizando TDIC's, uma vez que a Resolução nº7, de 18 de dezembro de 2018, estabelece em seu Art. 9º, que mesmo nos cursos superiores, na modalidade a distância, as atividades de extensão deveriam ser realizadas presencialmente (SUPERIOR, 2018).

Um percentual razoável de ações extensionistas que utilizaram TDIC's no período pandêmico (>63%) e que pós-pandêmico (33%) foram reduzidas de maneira significativa, o que demonstra uma grande necessidade das pessoas envolvidas com a Universidade e Comunidade estarem próximas presencialmente.

Esta observação corrobora com os achados de Flores et al. (2022) que considera que embora seja inegável que a experiência remota tenha sido positiva, resultando em benefícios para a comunidade e para os participantes, é importante ressaltar que o convívio universitário presencial faz falta.

Em relação ao público participante, este estudo verificou um percentual importante de discentes e servidores docentes e técnico administrativo participantes das ações de extensão universitária. A adesão da comunidade acadêmica às ações extensionistas, se relaciona ao fato de que por essas ações, é possível colocar em prática os conhecimentos teóricos adquiridos e/ou repassados nos seus respectivos cursos e absorver um conhecimento popular advindo da comunidade, gerando reflexões sobre os problemas sócio-econômicos-ambientais (SCHEIDEMANTEL et al., 2004).

Além disso, a visão interdisciplinar que permeia as atividades extensionistas, possibilita trocar conhecimentos e reformular conceitos antes só vistos na literatura técnica (SCHEIDEMANTEL et al., 2004).

Outro fator que deve ser considerado que atrai a comunidade acadêmica para a realização das ações de extensão, são os resultados identificados no processo, na constante formação, construção e transformação da realidade e dos sujeitos envolvidos (GADOTTI, 2017).

A área da saúde foi a que mais executou atividades de extensão utilizando TDIC's principalmente no período pandêmico, e acredita-se que este fato esteja relacionado com a formação histórica dos currículos dessa área e das profissões da área da saúde (PINHEIRO et al., 2016).

Os currículos dos profissionais da área da saúde exigem uma grande interação com a comunidade para facilitar o aprendizado e conhecimento, e acrescido ao fato da grande necessidade de orientações e esclarecimentos frente à pandemia, que necessitam advir dos

profissionais da área da saúde para estabelecer o bem-estar da população (ABREU et al., 2021), era de se esperar uma alta produção extensionista desta área.

Assim como observado nos relatos de docentes, discentes, servidores técnico administrativos e comunidade neste estudo, a literatura também destaca que as ações extensionistas proporcionam benefícios e faz com que se adquira conhecimentos para ambas as partes, Universidade e comunidade, apontando para uma formação completa preocupada em construir profissionais comprometidos com a comunidade e em repensar a prática de suas profissões de acordo com as demandas que se apresentam para garantir o cuidado integral, sempre com um enfoque de ações multidisciplinares (RODRIGUES et al., 2013; BRITO et al., 2021).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da realização deste trabalho, foi possível observar que a extensão universitária além de ser fundamental para o desenvolvimento pessoal e profissional de docentes, discentes e servidores técnico administrativos, oferece grandes e variados benefícios para a sociedade em geral.

Dado o exposto anteriormente, a UniRV sempre buscou realizar atividades extensionistas em quaisquer situações, até diante de um período pandêmico, mesmo necessitando realizar ações por meio da utilização de TDIC's.

Embora a utilização de TDIC's nas ações extensionistas possam de alguma forma facilitar e atingir um público maior de participantes, na UniRV tem-se observado que após o período pandêmico

vem se utilizando cada vez menos estes recursos mesmo que em partes das ações, buscando cada vez mais um convívio social com o intuito de potencializar as trocas de saberes e conhecimentos entre Universidade e comunidade.

## REFERÊNCIAS

1. MOURA, Ana Paula Abreu; RODRIGUES, Solange Alves de Souza. Extensão Universitária e EJA: ruptura com o silenciamento das questões raciais. **Revista UFG**, v. 22, 2022.
2. FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?**. Editora Paz e Terra, 2014.
3. GERDING, Thomas et al. An assessment of ergonomic issues in the home offices of university employees sent home due to the COVID-19 pandemic. **Work**, v. 68, n. 4, p. 981-992, 2021.
4. HURŠIDIĆ RADULOVIĆ, Azra et al. Rad od kuće i mišićno-koštani bol tijekom epidemije COVID-19–pilot-istraživanje. **Arhiv za higijenu rada i toksikologiju**, v. 72, n. 3, p. 232-239, 2021.
5. BRASIL, Senado Federal. Projeto de Lei no 4044, de 2020. Altera o § 2º do art. 244 e acrescenta o § 7º ao art. 59 e os arts. 65-A, 72-A e 133-A ao Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o direito à desconexão do trabalho. <https://legis.senado.leg.br/sdleggetter/documento?dm=8871666&ts=1630441472970&disposition=inline>.
6. FERNANDES, Alan Navarro et al. O USO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS EM ATIVIDADES EXTENSIONISTAS NUM CONTEXTO PANDÊMICO DO LESTE FLUMINENSE. **Inter-Acao**, v. 47, n. 1, 2022.
7. SOTERO, Andrea Marques et al. O uso do Instagram como estratégia de promoção à saúde do PET Saúde/Interprofissionalidade. **Revista de Extensão da Universidade de Pernambuco**, v. 6, n. 1, p. 3-11, 2021.
8. ALBUQUERQUE, Islanita Cecília Alcantara de. Extensão universitária: mais uma possibilidade na formação docente. **Revista de Extensão da Universidade de Pernambuco**, v. 7, n. 1, p. 12-21, 2022.
9. FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
10. SUPERIOR, Educação. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. **Estabelece as**.
11. FLORES, Maria Luiza Rodrigues et al. Importância de vivências em extensão, pesquisa e ensino para a formação acadêmica e em contexto de pandemia. **Revista da Extensão**, p. 43-50, 2022.
12. SCHEIDEMANTEL, Sheila Elisa; KLEIN, Ralf; TEIXEIRA, Lúcia Inês. A importância da extensão universitária: o Projeto Construir. In: **Congresso Brasileiro de Extensão Universitária**. 2004. p. 1-6.
13. GADOTTI, Moacir. Extensão universitária: para quê. **Instituto Paulo Freire**, v. 15, p. 1-18, 2017.
14. PINHEIRO, Bethina Luiza; LEONARDI DA CRUZ, Illana; HERMES CHESANI, Fabiola. Extensão universitária: os estilos de pensamento na área da saúde no Brasil. **Revista de Educação Popular**, v. 15, n. 1, 2016.
15. ABREU, Lauren de Mélo et al. A IMPORTÂNCIA DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE EM TEMPOS DE PANDEMIA SOB O OLHAR DE UM PROJETO DE EXTENSÃO DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE. In: **Congresso Internacional em Saúde**. 2021.

16. RODRIGUES, Andréia Lilian Lima et al. Contribuições da extensão universitária na sociedade. **Caderno de Graduação-Ciências Humanas e Sociais-UNIT-SERGIPE**, v. 1, n. 2, p. 141-148, 2013.

17. BRITO, Hávila Rachel do Nascimento Gomes et al. Extensão universitária e ensino em saúde: impactos na formação discente e na comunidade. *Brazilian Journal of Development*, v. 7, n. 3, p. 29895-29918, 2021.



REVISTA  
DE EXTENSÃO  
DA UNIVERSIDADE  
DE PERNAMBUCO



## **PROJETO NÚCLEO DE ESTUDOS DO RIO CARANGOLA (NERC): PARCERIA ENTRE UNIVERSIDADE E COMUNIDADE**

### **CARANGOLA RIVER STUDIES CENTER (NERC) PROJECT: PARTNERSHIP BETWEEN UNIVERSITY AND COMMUNITY**

Murilo Vogt Rossi<sup>1</sup> [orcid.org/0000-0003-0112-6847](https://orcid.org/0000-0003-0112-6847)

Leandro Teixeira Maximiano<sup>2</sup>

Giselle Rocha Oliveira<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Doutor em Ensino de Geografia e Cartografia, UEMG, Carangola, MG, Brasil

<sup>2</sup>Licenciando em Geografia, UEMG, Carangola, MG, Brasil

<sup>3</sup>Licencianda em Geografia, UEMG, Carangola, MG, Brasil

E-mail do autor correspondente: [murilo.rossi@uemg.br](mailto:murilo.rossi@uemg.br)

### **Agradecimentos**

A UEMG Carangola, à professora Vanilsa Bevilacqua, ao professor Renan Nunes Costa e a Fundação SOS Mata Atlântica, através de seu projeto Observando os Rios..

### **Fomento**

Programa Institucional de Apoio Institucional de Extensão (PROEX – UEMG) – Edital 01/2023 PAEX (Programa de Apoio à Extensão)

### **RESUMO**

O presente artigo tem como objetivo relatar ações extensionistas de cunho socioambiental relativos ao rio urbano denominado Carangola, na cidade de mesmo nome. Seu leito é de suma importância para o abastecimento de água no município, assim como destino de todo esgoto urbano e o arrefecimento climático de todo o vale onde se encontra a cidade. O projeto do núcleo de estudos do Rio Carangola é fomentado pela UEMG (Universidade do estado de Minas Gerais) e tem como parceiros fundamentais a SOS Mata Atlântica e a Secretaria de Meio ambiente local. As principais ações do projeto estão alocadas na educação socioambiental através de ações como o monitoramento do descarte incorreto de dejetos no rio através da instalação de uma ecobarreira sustentável, medições físico-químicas da água e oficinas escolares, além do acompanhamento permanente das ações do poder público local na questão hídrica. Como resultado temos a sensibilização de milhares de pessoas, sejam elas munícipes, estudantes da escola básica e da universidade, professores tanto nas ações presenciais como nas digitais, seja através das redes sociais tanto do projeto como da prefeitura. A ideia central é mobilizar a comunidade carangolense quanto a importância do rio para a cidade, seja em seus aspectos econômicos, sociais e biológicos, trazendo qualidade de vida para a comunidade.

**Palavras-chave:** Rio Carangola; Ações socioambientais; Extensão universitária.

### **ABSTRACT**

*This article aims to report socio-environmental extension actions related to the urban river called Carangola, in the city of the same name. Its bed is extremely important for the city's water supply, as well as the destination for all urban sewage and the climate cooling of the entire valley where the city is located. The Carangola River*

*study center project is promoted by UEMG (University of the state of Minas Gerais) and has as key partners SOS Mata Atlântica and the local Environment Secretariat. The main actions of the project are allocated to socio-environmental education through actions such as monitoring the incorrect disposal of waste in the river through the installation of a sustainable ecobarrier, physical-chemical measurements of water and school workshops, in addition to permanent monitoring of public authorities' actions on the water issue. As a result, we have raised awareness among thousands of people, whether they are citizens, primary school and university students, teachers in both face-to-face and digital actions, or through social networks of both the project and the city hall. The central idea is to mobilize the Carangolense community regarding the importance of the river for the city, whether in its economic, social and biological aspects, bringing quality of life to the community.*

**Keywords:** Carangola River; Socio-environmental actions; University Extension.

## 1. INTRODUÇÃO

Atualmente a preservação e recuperação dos recursos hídricos tem sido pauta de discussão nas mais diversas esferas da sociedade, tornando-se fundamental a compreensão da dinâmica hidrológica para traçar estratégias e ações que busquem diminuir e minimizar esses impactos.

Para Araújo (2009), os sistemas aquáticos desempenham um papel fundamental na manutenção da vida, mas, devido às ações humanas, estão sofrendo deterioração em suas características físicas, químicas e biológicas, contribuindo para a crise hídrica global com impactos na saúde humana e no meio ambiente.

Neste sentido o rio Carangola atravessa a cidade de mesmo nome, situado num fundo de vale bastante típico da Zona da Mata mineira. Segundo Bevilacqua (2007), tal rio presta serviços vitais à população que o cerca, de uma forma ininterrupta, porém discreta para maioria da população.

Numa perspectiva socioambiental, o rio se apresenta como fonte de água para abastecimento e como veículo de dejetos, além de se interrelacionar com a população carangolense de uma forma oculta e temporal, ou seja, com uma maior percepção do leito d'água nos períodos de inundação. Isso se dá, segundo Bevilacqua (2007), devido aos inúmeros

prejuízos financeiros, principalmente na área central da cidade, ou seja, no leito do rio.

Neste contexto, o Projeto Núcleo de Estudos do Rio Carangola (NERC), vinculado ao Programa de Apoio a Projetos de Extensão da Universidade do Estado de Minas Gerais– PAEx/UEMG, surge com a proposta de realizar diálogos técnicos e educacionais de forma interdisciplinar com os cursos de licenciatura em geografia e biologia promovendo ações pedagógicas de educação ambiental e monitoramento do rio Carangola, com uma relação conjunta, contínua e dialógica entre o poder público, professores da rede pública da região de Carangola, alunos, estudantes da UEMG e cidadãos da sociedade civil em geral. Para Kobiyama et al (2004), o processo de interação entre a comunidade e a universidade deve acontecer de forma que contribua para as transformações da realidade local e disponibilize informações que auxiliem na melhoria de qualidade de vida da população.

Diante disso o presente artigo busca descrever como se desdobrou o processo metodológico e o desenvolvimento das ações extensionistas decorrentes da participação, divulgação e promoção de ações pedagógicas em conjunto com a comunidade carangolense, com enfoque para educação socioambiental e monitoramento do rio, sendo estes importantes instrumentos para a

preservação e recuperação do rio Carangola.

## **2. PERCURSO METODOLÓGICO**

Para condução do desenvolvimento das ações extensionistas do projeto, a princípio foi realizada uma reunião conjunta com os potenciais parceiros como alunos de licenciatura em geografia e biologia da Universidade do Estado de Minas Gerais- UEMG, professores da rede pública de ensino e também a Secretaria de Meio Ambiente de Carangola, ambos com interesse pela temática.

De tal reunião se organizou um momento de construção, reflexão e o planejamento de um cronograma de atividades relatadas no desenvolver de nosso percurso metodológico. Para Pérez Gómez (1992), a reflexão na ação traz consigo um saber que está presente nas ações profissionais, podendo ser compreendido como todo componente inteligente que orienta toda a atividade humana e manifesta-se no saber-fazer. Dessa forma, as principais ações procedimentais do projeto são as seguintes:

### **(Re)instalação da Ecobarreira no Rio Carangola**

Realizada a etapa de planejamento, deu-se início as ações com a participação na reinstalação da ecobarreira no rio Carangola junto ao projeto Ecobarreiras Carangola do curso de licenciatura em Biologia da Universidade do Estado de Minas Gerais, onde houve acompanhamento e observação feita por professores e alunos da Escola Estadual Emília Esteves Marques- Polivalente Carangola. Tal atividade aconteceu no dia 05 de junho de 2023, no dia Mundial do

Meio Ambiente, com a temática deste ano sendo o combate à poluição plástica.

### **Audiência pública- programa de recuperação do rio Carangola**

Nesta ação extensionista o projeto esteve presente na audiência pública na cidade de Carangola- MG realizada no dia 07 de agosto de 2023, no qual foi apresentado o estudo de apoio técnico de pesquisa e desenvolvimento para a melhor solução de controle de inundações para o município, desenvolvido e coordenado pela equipe do Professor Celso Bandeira de Melo da Universidade Federal de Juiz de Fora. O objetivo do estudo foi compreender a dinâmica dos recursos hídricos do município e região, assim como também identificar as principais causas das inundações e as melhores alternativas de prevenção das mesmas.

### **Oficina conjunta de educação socioambiental na Escola Polivalente**

Esta ação ocorreu na Escola Estadual Emília Esteves Marques, numa Ação Conjunta da Educação Socioambiental, no qual estiveram presentes representantes dos projetos Núcleo de Estudos do Rio Carangola e Ecobarreiras no Rio Carangola.

Foram abordados durante a palestra com os alunos e professores um pouco sobre as ações e procedimentos que foram sendo realizados em conjunto com as nossas parcerias para a melhoria e também a preservação do rio Carangola. Diante disso, para que os alunos pudessem associar e participar da temática apresentada, foi proposto a realização de confecção de materiais lúdicos e informativos, no qual foram dispostos nas margens do rio, a fim de

chamar a atenção da sociedade para a importância dos cuidados com o rio.

### **Monitoramento da Qualidade da Água do rio Carangola- Projeto Observando os Rios**

Essa importante metodologia utilizada no projeto consiste na realização do procedimento de análise em campo onde é feito o monitoramento da qualidade da água do rio mensalmente, a partir da observação e da identificação de parâmetros físico-químicos, biológicos e de percepção a partir de amostras coletadas nas margens dos rios.

Essas análises são feitas a com o auxílio de um kit de análise disponibilizado para o levantamento do Índice de Qualidade da Água (IQA), pela Fundação SOS Mata Atlântica, que indicam a condição ambiental ao longo do rio. Atualmente as medições são feitas em 2 pontos fixos e georreferenciados às suas margens e os resultados são obtidos com a totalização dos parâmetros medidos que resultam na classificação da qualidade da água em uma escala que varia entre ótima, boa, regular, ruim e péssima que, posteriormente, são disponibilizados para acesso ao público no site do Observando Rios da Fundação SOS Mata Atlântica (<http://observandoosrios.sosma.org.br/>).

### **3. RESULTADOS**

Os resultados obtidos a partir das ações do projeto possibilitaram uma importante articulação entre a universidade, a sociedade civil e o poder público, ressaltando a importância da preservação do rio Carangola e a importância de manter uma boa “saúde” dos corpos hídricos, que podem trazer benefícios em diversos aspectos,

principalmente biológicos, sociais e econômicos.

Com a reinstalação da ecobarreira, contamos com a participação de um público considerável de estudantes e interessados em geral, no qual pode-se observar na prática como funciona e qual a importância de uma ecobarreira para se ter conhecimento da falta de responsabilidade da população no que diz respeito ao descarte irregular e criminoso de resíduos no rio, visto que a mancha urbana da cidade de Carangola está localizada às suas margens.

**Figura 1:** Reinstalação da ecobarreira no rio Carangola



Fonte: Autoria própria.

A audiência pública realizada para a apresentação do Estudo Técnico para Pesquisa e Desenvolvimento da Melhor Solução de Controle de Inundações do Rio Carangola foi um importante momento para toda a comunidade carangolense e aberta ao público. Foi também discutido o programa de recuperação do rio Carangola que consiste em ações que estavam sendo realizados pela Prefeitura Municipal em conjunto com a Secretaria de Meio Ambiente para atenuar os efeitos danosos no rio como limpeza,

desassoreamento, implementação de ecobarreira, monitoramento, etc.

Essa sessão foi de grande relevância para toda comunidade, uma vez que apresentou programas de ações e estratégias realizadas para mitigar os impactos ambientais no rio Carangola, além de apresentar um aprofundado estudo técnico que envolve diversas características fisiográficas de toda região a nível de bacias e sub-bacias.

Foi também decretado o Programa Municipal denominado “De Olho no Rio” no município, com o objetivo de viabilizar políticas públicas para fiscalização ambiental do descarte irregular de resíduos sólidos no Rio Carangola.

**Figura 2:** Audiência pública- Programa de Recuperação do Rio Carangola



Fonte: de autoria própria

Com a oficina conjunta de educação socioambiental na Escola Polivalente, foram abordadas temáticas ambientais que destacam a importância dos rios e seus benefícios para cidade tais como abastecimento, lazer, controle climático de temperatura e etc.

Foi discutido também a relação histórica das sociedades com os rios que se desenvolveram às suas margens, ocasionando os problemas de

degradação e poluição e os desafios enfrentados para a preservação dos mesmos.

A partir de uma contextualização histórica sobre essa estreita relação entre as cidades e rios, partimos para o caso local, que é nosso objeto de estudo, o rio Carangola. Foi apresentado aos alunos um pouco sobre os projetos Núcleo de Estudos do Rio Carangola e o Projeto Ecobarreiras Carangola, assim como suas metodologias e ações ligadas à recuperação e preservação do rio e a importância das mesmas para sensibilizar a população de sua importância ecossistêmica.

Para incentivar o envolvimento ativo dos alunos na temática, foi proposta a confecção de materiais lúdicos e informativos relacionados à preservação do rio, onde os mesmos participaram com bastante empolgação, e contribuíram para um momento de troca de saberes que contribuiu de forma positiva tanto na formação crítica dos estudantes como na formação acadêmica dos envolvidos nos projetos, visto que grande parte são estudantes de cursos de licenciatura. Houve um impacto bastante positivo na comunidade, com a exposição dos materiais às margens do rio, incentivando de preservação e o respeito pelo curso d'água municipal.

**Figura 3:** Oficina conjunta de educação socioambiental na Escola Polivalente



Fonte: de autoria própria

A partir das análises realizadas em campo com a metodologia de análise do projeto Observando os rios, realizadas no rio Carangola no período de fevereiro de 2023 a outubro de 2023, pode-se obter uma série de resultados e informações, que indicaram que embora exista problemas de poluição e degradação ambiental, a água do rio Carangola está dentro dos padrões aceitáveis de acordo com a Resolução CONAMA 357/2005, sendo classificada como “regular”.

**Figura 4:** Resultados das análises no rio Carangola



Fonte: Observando o Rio Carangola. SOS Mata Atlântica. 2023. Disponível em: <https://observandoosrios.sosma.org.br/grupo/1319/observando-o-rio-carangola>. Acesso em 04 nov. 2023.

Os Parâmetros medidos para obtenção do IQA, com emprego do kit de análise foram medidos em 16 parâmetros para obtenção dos resultados, sendo eles:

Observação: Resíduos sólidos, odor, espuma, material sedimentável. Bioindicadores: Peixes, larvas brancas, larvas vermelhas, toxicidade da água. Físicos químicos e biológicos: OD (Oxigênio Dissolvido); DBO (Demanda Bioquímica de Oxigênio), Ph (Potencial Hidrogenionico); PO4 (Fosfato); Coliformes; NHO3 (Nitrato); temperatura e Turbidez (JTU).

Este índice classificado como "regular" indica que a qualidade da água do rio Carangola se encontra em estado moderado. Isso significa que embora a água do rio não esteja em condições ideais para consumo, não se encontra em um estado de degradação intensa, podendo assim ser utilizadas para alguns fins, porém ainda requer atenção e ações para melhorar sua qualidade. De acordo com SOS MATA ATLÂNTICA (2014, n.p.):

As principais fontes de poluição e contaminação verificadas são resultantes da falta de tratamento de esgotos domésticos, de produtos químicos lançados nos rios por sistemas domésticos como os saponáceos e detergentes – que empregam em seus componentes fósforo e nitrato – e da poluição difusa proveniente do lixo e resíduos sólidos descartados de forma inadequada nas cidades. Outro problema grave ainda é o desmatamento e do uso de defensivos e fertilizantes nas zonas rurais.

Com os resultados obtidos a partir das metodologias de análises no rio Carangola até o presente momento, e com o procedimento de análise contínua, torna-se possível produzir e fornecer dados e informações de grande importância para toda a comunidade em geral, podendo auxiliar na gestão dos recursos hídricos, na avaliação e acompanhamento de tendências de mudança dessa qualidade ao longo do

tempo, assim como também estar utilizando essas informações como ferramentas pedagógicas tanto para a educação ambiental como para a sensibilização da população em relação aos cuidados e a importância da preservação do rio e dos recursos hídricos em geral.

**Figura 5:** Análise da qualidade da água do rio Carangola- 25/08/2023



Fonte: de autoria própria

#### 4. DISCUSSÃO

As ações extensionistas apresentadas desempenharam até o presente momento um importante papel na sensibilização e mobilização da comunidade e envolvidos, para a compreensão da importância da dinâmica ecossistêmica dos corpos hídricos, assim como suas implicações sociais, econômicas e ambientais.

A abordagem teórica que norteou o projeto fundamentou-se em princípios e conceitos da ecologia, da educação ambiental, da relevância extensionista e da sustentabilidade. A compreensão da dinâmica hidrológica, a relação entre as atividades humanas e a qualidade da água, tal como a importância da conscientização ambiental na preservação dos recursos hídricos, foram

os pilares teóricos que sustentaram o projeto.

Os princípios teóricos serviram como ferramentas para explicar os desafios ambientais e as formas de resolver as mesmas, envolvendo a comunidade nas discussões relevantes sobre a preservação e recuperação do rio Carangola. A troca de saberes não se baseou apenas no sentido de ensinar, mas também de aprender com a comunidade, agregando conhecimentos locais e experiências no planejamento e execução das ações.

As ações do projeto proporcionaram uma base sólida para a formação dos estudantes envolvidos no projeto, tanto para os estudantes de licenciatura como os alunos da rede básica de ensino. Foi possível abordar e aplicar conceitos teóricos na prática, desenvolvendo habilidades em educação ambiental, monitoramento de recursos hídricos e colaboração interdisciplinar. Além disso, os estudantes puderam adquirir uma compreensão mais profunda da importância de suas responsabilidades sociais no que diz respeito à preservação do meio ambiente e na promoção do desenvolvimento sustentável.

A sensibilização da comunidade sobre a importância da preservação do rio Carangola, e o estímulo às ações coletivas na proteção do ambiente fluvial e a colaboração contínua em conjunto com o poder público são alguns dos principais resultados relevantes registrados pelo projeto. Além disso, houve uma importante contribuição na formação dos estudantes, que a partir dessas relações trabalharam habilidades e conhecimentos em educação ambiental e gestão de recursos hídricos, que é um legado duradouro que sem dúvidas se estenderá para além do projeto.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Núcleo de Estudos do Rio Carangola (NERC), realizado em conjunto com a comunidade carangolense, professores, alunos, e o poder público, possibilitou uma experiência significativa no engajamento com as questões socioambientais e a dinâmica dos recursos hídricos.

Ao longo deste projeto foi possível explorar a relação entre a cidade e o rio Carangola, buscando compreender a importância desse ecossistema e as maneiras pelas quais se pode contribuir para sua preservação e recuperação.

Os resultados obtidos ao longo do desenvolvimento do projeto puderam elucidar conclusões relevantes para toda comunidade, como a importância dos rios para a cidade, não apenas como fonte de água, mas também como elemento crucial para o bem-estar social, econômico e ambiental, a contribuição para a formação acadêmica e cidadã dos estudantes, o levantamento de informações e dados que podem ser usadas como ferramentas pedagógicas, bem como para auxiliar na gestão dos recursos hídricos locais e também o fortalecimento do vínculo entre a universidade, a comunidade local e o poder público.

Em resumo o Projeto Núcleo de Estudos do Rio Carangola foi uma iniciativa que não apenas promoveu a conscientização ambiental e o monitoramento dos recursos hídricos, mas também trouxe a luz a discussão que vem sendo cada vez mais pautas de debates e discussões nos dias atuais, visto a escassez dos recursos naturais e a frequência de acontecimentos de eventos extremos. Espera-se que essa abordagem colaborativa continue a progredir e a agregar cada vez mais interessados que possam contribuir para a

preservação e recuperação de recursos naturais importantes nas mais diversas escalas, assim como o rio Carangola.

## REFERÊNCIAS

- 1- ARAÚJO, Lincoln Eloi de et al. Bacias hidrográficas e impactos ambientais. **Qualit@s**, v. 8, p. 1-18, 2009.
- 2- BEVILÁCQUA, Vanilsa S. O. Serviços ecológicos de um rio de floresta atlântica: uma perspectiva social e ambiental. **Dissertação de mestrado**. Programa de Pós-Graduação em Ecologia. ICB/UFJF, 2007.
- 3- KOBIYAMA, M.; CHECCHIA, T.; SILVA, R. V.; SCHRÖDER, P. H.; GRANDO, A. REGINATTO, G. M. P. Papel das comunidades e da universidade no gerenciamento de desastres naturais. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE DESASTRES NATURAIS, 1., 2004, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: GEDN/UFSC, 2004. p. 834-846. (CD-ROM)
- 4- PÉREZ GÓMEZ, A. O pensamento prático do professor: a formação do professor como profissional reflexivo. In: NÓVOA, A. (Coord.). **Os professores e a sua formação**. Tradução Graça Cunha, Cândida Hespanha, Conceição Afonso e José António Sousa Tavares. Lisboa: Dom Quixote, 1992.
- 5- FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA. Observando os rios. Acesso em: 5 nov. 2023. Disponível em: <http://observandoosrios.sosma.org.br/>.
- 6- \_\_\_\_\_. **Observando os rios: O Retrato da Qualidade da**

Água em rios da região Sul e  
Sudeste do Bioma Mata Atlântica.

São Paulo: SOS Mata Atlântica,  
2014.

## **ATENDIMENTO JURÍDICO ITINERANTE: A BUSCA PELO ACESSO À JUSTIÇA** **ITINERANT LEGAL ASSISTANCE: THE SEARCH FOR ACCESS TO JUSTICE**

Ana Beatriz Lubito dos Santos Pereira<sup>1</sup>  
Pablo Martins Bernardi Coelho<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Discente em Direito da Universidade do Estado de Minas Gerais, Frutal/MG, Brasil.

<sup>2</sup> Doutor, professor da Universidade do Estado de Minas Gerais, Frutal/MG, Brasil.

E-mail do autor correspondente: [ana.1094986@discente.uemg.br](mailto:ana.1094986@discente.uemg.br)

### **Agradecimentos**

A todos que participaram, direta ou indiretamente, do desenvolvimento do Projeto de extensão Atendimento Jurídico itinerante às comunidades hipossuficientes no Município de Frutal: a busca pelo acesso à Justiça. Em especial, à equipe do projeto, ao professor coordenador Pablo Martins Bernardi Coelho, às parcerias e instituição de fomento PAEx.

### **Fomento**

PAEx

### **RESUMO**

O presente artigo se debruça sobre o projeto de extensão intitulado “Atendimento Jurídico itinerante às comunidades hipossuficientes no Município de Frutal: a busca pelo acesso à Justiça”, uma iniciativa do curso de Direito da Universidade do Estado de Minas Gerais, campus Frutal/MG. A metodologia adotada inclui a pesquisa bibliográfica e pesquisa-ação, permitindo um estudo aprofundado sobre a problemática e a apresentação de soluções efetivas. A origem do projeto repousa na constatação de que as comunidades hipossuficientes frequentemente encontram-se à margem do sistema judiciário. Em desenvolvimento por dois anos consecutivos, a equipe do projeto estabeleceu parcerias com vereadores, prefeitura e secretarias e associação comercial, visando uma maior aproximação com a comunidade e o fortalecimento da causa. Nesse contexto, o propósito central é ampliar o acesso à Justiça, a promoção da cidadania e a humanização do Direito. Assim, o projeto emerge como uma ferramenta eficaz e empática, contribuindo para o alcance de um sistema judiciário mais inclusivo e compassivo.

**Palavras-chave:** Acesso à justiça; Atendimento jurídico; Comunidades hipossuficientes; Direitos fundamentais.

### **ABSTRACT**

This article focuses on the extension project entitled “Itinerant Legal Assistance to low-income communities in the Municipality of Frutal: the search for access to Justice”, an initiative of the Law course at the State University of Minas Gerais, Frutal/MG campus. The methodology adopted includes bibliographical research and action research, allowing an in-depth study of the problem and the presentation of effective solutions. The origin of the project lies in the observation that low-income communities often find themselves on the margins of the judicial system. In development for two consecutive years, the project team established partnerships with councilors, city hall and secretariats and commercial association, aiming to get closer to the community and strengthen the cause. In this context, the central purpose is to expand access to Justice, the promotion of citizenship and the humanization of Law. Thus, the project emerges as an effective and empathetic tool, contributing to the achievement of a more inclusive and compassionate judicial system.

**Keywords:** Access to justice; Legal assistance; Low-sufficient communities; Fundamental rights.

## 1. INTRODUÇÃO

A partir do século XX, com o advento do Estado Democrático de Direito, as pretensões sociais, de solução dos indivíduos, se transformaram no poder-dever do Estado, o qual necessita de uma conduta direta para transformar a Justiça no meio essencial de pacificação social. Com a promulgação da Constituição Federal no Brasil, garantiu-se que “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça de direito”. Assim, quando esses fatos são analisados em conjunto com

uma sociedade de cultura litigiosa como a brasileira, conduz a uma crise sem precedentes do Poder Judiciário, que se vê incapaz de resolver todas as demandas em um tempo razoável” (VAZ, J. DA S.; PINTO, R. E. A, 2017, p.246).

No tocante ao acesso à Justiça, a insciência em relação aos próprios direitos aliada a falta de políticas públicas e a grande disparidade socioeconômica criam uma série de obstáculos para a comunidade hipossuficiente. Nesse viés, vislumbra-se que o acesso à Justiça não se restringe ao ingresso nos órgãos judiciais, sendo necessário acompanhar o cidadão em todas as fases do processo, preferencialmente por meios autocompositivos, garantindo o efetivo acesso à Justiça, o qual

não é apenas um direito social fundamental, crescentemente reconhecido; ele é também, necessariamente, o ponto central da moderna processualística” (CAPPELLETTI, 1988, p.13 *apud* TANI, F. S; OLIVEIRA, V. C. de. A deficiência no acesso à Justiça. In: XVIII CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI, 2009, São Paulo. Anais CONPEDI, 2009. p. 9048-9063).

A origem do Projeto de Atendimento jurídico repousa na compreensão de que a sociedade hipossuficiente se encontra restrita de exercer seus próprios direitos, seja pela descrença no poder judiciário ou na negligência do Estado.

Sendo uma iniciativa da Universidade do Estado de Minas Gerais, o projeto consiste em realizar atendimentos jurídicos gratuitos, assim, o principal objetivo é acolher as demandas jurídicas da comunidade, ampliando o acesso ao sistema judiciário e promovendo a cidadania, dignidade e liberdade.

Para que possa ser concretizado, o projeto desfruta de pesquisa bibliográfica - visando o esclarecimento quanto ao acesso à Justiça pela população hipossuficiente - e de pesquisa-ação, visando investigar a problemática e apresentar possíveis soluções.

## 2. PERCURSO METODOLÓGICO

Em maio de 2022, o projeto de Atendimento Jurídico Itinerante foi aprovado na modalidade de extensão com bolsa para discente e, em 2023, houve sua renovação de forma integral. A princípio, para a escolha do discente extensionista, foi realizada uma entrevista com os interessados e a análise do histórico acadêmico, sendo escolhido aquele que possui maior rendimento acadêmico, ficando os outros interessados como alunos voluntários.

Dessa forma, com a equipe formada pelo professor coordenador, discente bolsista e voluntários, buscou-se inicialmente firmar a parceria com o Núcleo de Prática Jurídica, órgão ligado à UEMG, campus Frutal, e responsável por realizar atendimentos jurídicos gratuitos para os cidadãos da cidade. Assim, em reunião conjunta com o NPJ, entendeu-se que o Calçadão Municipal de Frutal era o local ideal para realizar os atendimentos jurídicos, pois sua localização no centro da cidade e com comércios e lanchonetes ao redor proporcionam grande circulação de pessoas e visibilidade.

Com o apoio da prefeitura municipal e da Universidade, a estrutura composta por tenda, mesas e cadeiras foi montada no Calçadão. Com a data de 30 de julho de 2022 pré-agendada, o professor coordenador realizou a divulgação do

projeto e da assistência jurídica na rádio 97fm e a equipe utilizou das mídias sociais para anunciar a data. Assim sendo, foi possível concretizar o primeiro atendimento, no qual os alunos do projeto puderam contar com o apoio das advogadas responsáveis do NPJ Dra. Rúbia Spirandelli e Dra. Marcela Mattos para solucionarem de prontidão as dúvidas jurídicas dos cidadãos.

Para o segundo atendimento, entendeu-se que era necessária uma divulgação mais ampla, para isso, firmou-se parceria com o Supermercado JB loja 3 – rede de supermercados de Frutal e região – e com a Promotora Dra. Daniela Campos da 3º Promotoria de Justiça do município. Nesse sentido, o pedido da equipe foi que os banners do projeto ficassem expostos nos estabelecimentos, com o intuito de divulgar para a população o novo atendimento jurídico. Ainda, a divulgação aconteceu dentro da própria UEMG, com panfletos, e nas mídias sociais dos responsáveis e comunidade acadêmica. Realizado no dia 12 de novembro de 2022, o segundo atendimento foi pautado, substancialmente, por orientações jurídicas relacionadas ao Direito Civil, obtendo grande êxito.

Em suma, o projeto Atendimento Jurídico Itinerante, em seu primeiro ano, através da metodologia, apresentou à comunidade de Frutal como uma alternativa para a solução de suas lides, priorizando o método autocompositivo. Assim, o intuito era justamente se mostrar como um meio efetivo e célere de resolução das questões apresentadas no momento do atendimento jurídico, acolhendo os cidadãos que se dirigiam à equipe, orientando-os em suas dúvidas e encaminhando ao NPJ.

O projeto extensionista foi renovado no começo de 2023, contando com o mesmo professor coordenador e discente bolsista, e uma nova voluntária – selecionada pelo grande interesse no programa. Para essa nova fase, realizou-se uma reunião entre a equipe para entender as demandas do

projeto e quais as melhorias a serem realizadas.

No dia 14 de agosto de 2023 foi realizada uma reunião e firmada a parceria com a vereadora do município de Frutal Dra. Juliene Sabino e sua assessora Paola Silveira. Com esse apoio, foi possível estabelecer também a parceria com a Prefeitura da cidade, com a Secretaria de Educação e Secretaria de Assistência social. Todas essas parcerias possuem o mesmo propósito: aproximar a universidade e o projeto extensionista da comunidade, acrescentar visibilidade e força à causa.

No mês seguinte, dia 18 de setembro, a equipe do projeto se reuniu com o Presidente da Associação Comercial e Industrial de Frutal, Rodrigo Hazime, Vice Presidente, Antônio de Brito Filho, e com o Assistente administrativo, Weber Martins. Nessa reunião, estabeleceu-se a parceria tanto para o apoio da ACIF quanto para a divulgação, com o fornecimento de carro automotivo, estrutura para os atendimentos jurídicos e a participação do projeto nos eventos promovidos pela organização. Nesse viés, já se definiu que a equipe participará, no dia 11 de novembro, do Sabadão Maior – evento promovido pela ACIF, no Calçadão Municipal, junto aos comerciantes e comunidade, com o intuito de estimular o comércio local, além de ter stands de parceiros (ONG's da cidade, Secretaria do meio ambiente, Sicredi, entre outros) à disposição da população ofertando produtos e serviços de forma gratuita.

Nesse viés, acredita-se que o projeto de Atendimento Jurídico Itinerante está se consolidando na comunidade do Município de Frutal justamente por se mostrar como uma ferramenta eficiente e ativa que possui como propósito acolher aqueles que se veem desamparados pelo poder judiciário. Assim, a grande mudança de paradigma foi de buscar parcerias próximas à sociedade que pudessem interligar o universo acadêmico da comunidade, proporcionando àqueles a possibilidade de se comprometerem com a causa social, aprimorando a prática

profissional e buscando uma melhor aplicabilidade da humanização do Direito.

### 3. RESULTADOS

A princípio, importa compreender que o projeto está embasado em um sistema de valores cujo princípio é a concretização dos direitos fundamentais expressos na Constituição Federal. Nesse viés, a Universidade Pública é norteada pelo tripé de ensino, pesquisa e extensão, sendo esta o instituto desenvolvido no projeto. Assim,

[...] a Extensão é o lugar da ‘alteridade’ por excelência – é onde a universidade realiza o reconhecimento da diversidade tanto sociocultural quanto étnico-racial e permite não apenas a construção, como também o estabelecimento dos compromissos necessários à leitura do mundo” (DEUS, 2020, p.23 apud RODRIGUES, 2020, p. 49).

Nessa perspectiva, o projeto extensionista de Atendimento Jurídico se revela como o meio efetivo e prático da comunidade hipossuficiente do Município de Frutal buscar a concretização de seus direitos que estão desamparados ou esquecidos pelo poder judiciário. Ademais, o meio autocompositivo utilizado na resolução das lides se mostra como a alternativa mais eficaz, tendo em vista que

[...] se faz necessário fomentar a cultura da paz no país, divulgando estratégias que visem à mediação e a conciliação, buscando conscientizar a sociedade em geral de que tratar os conflitos amigavelmente é melhor, tendo em vista que resolve não só o litígio, mas também outros problemas ligados ao conflito” (RODRIGUES, 2015, p. 77 apud LANDO; SOUZA, 2018, p. 22).

De acordo com o site da Defensoria Pública de Minas Gerais, no ano de 2022 foram realizadas mais de duas mil sessões de conciliação, as quais obteve índice de 58% de acordos firmados, conforme gráfico:

Nesse contexto, o acolhimento da população hipossuficiente por meio da disponibilização de recursos práticos destinados à resolução de seus conflitos emerge como uma ferramenta de eficácia

notável. Durante os atendimentos conduzidos pela equipe do projeto, empregaram-se formulários e ferramentas digitais para cuidadosamente reunir todas as informações relevantes necessárias à resolução das lides, como ilustrado a seguir:

Figura I - Gráfico de porcentagem de Conciliação e Mediação 2021



Fonte: elaboração própria (2022).

Figura II - Quadro elaborado no atendimento jurídico dia 12 de novembro de 2022

ATENDIMENTO JURÍDICO ITINERANTE			
NOME	DÚVIDAS JURÍDICAS	ÁREA DO DIREITO	ACOMPANHAMENTO
José Luiz	Visto e cidadania de Portugal para trabalho	Direito Internacional	
Sílvia Bernardes De Freitas	Sequela pós tratamento médico (público)	Direito Civil	SIM
Maria Rosa Vileira da Silva	Empréstimo do marido (falecido) descontado na aposentadoria	Direito Civil	Acompanhamento pelo MP
João Vitor Solera da Mata	Inventário e partilha de bens	Direito Civil	

Fonte: elaboração própria (2022).

Figura II - Foto do atendimento jurídico em 30 de julho de 2022



Fonte: elaboração própria (2022).

Figura III - Equipe do projeto reunida com a vereadora Dr.ª Juliene, Prefeito Bruno Augusto e Secretária de Educação e Secretária de Assistência Social



Fonte: elaboração própria (2022).

**Figura IV - Equipe do projeto reunida com o presidente da ACIF, Rodrigo Hazime, assistente administrativo Weber Martins, e vice-presidente, Antônio de Brito.**



Fonte: elaboração própria (2022).

Ademais, no que tange à divulgação dos atendimentos jurídicos, percebeu-se a singular importância de se estabelecer parcerias, em especial com a rede de supermercados JB, com a vereadora Dra. Juliene Sabino e com a ACIF, pois essa estratégia possibilitou a aproximação harmônica da comunidade acadêmica da sociedade em geral, permitindo uma rica fusão de vivências e experiências, enriquecendo a interação entre esses segmentos.

Dessa forma, o projeto é de extrema importância para a comunidade hipossuficiente, pois garante o acesso à Justiça – princípio este fundamental em qualquer sociedade democrática –, promove a equidade – buscando compreender cada caso de forma individual, preservando suas singularidades –, reduz as disparidades sociais e protege os direitos fundamentais como liberdade, cidadania e dignidade.

Em resumo, portanto, o programa desempenha um papel vital na promoção da Justiça, garantindo que as comunidades hipossuficientes tenham acesso à proteção legal e possam solucionar suas lides de forma justa e eficaz, beneficiando não apenas o indivíduo em si, mas contribuindo para uma sociedade mais justa e coesa como um todo.

#### **4. DISCUSSÃO**

O Poder judiciário não está suficientemente aparelhado para, sozinho, oferecer solução para todas as demandas que lhe são impostas. A população hipossuficiente frequentemente é deixada à margem desse sistema, seja por falta de recursos financeiros para arcar com custas processuais, seja pela falta de orientação. Assim, a atuação extrajudicial, com meios autocompositivos, se mostra como a alternativa mais célere, efetiva e justa de prestar assistência jurídica integral e gratuita, abrangendo todos aqueles que necessitam de acolhimento e esclarecimentos acerca de seus direitos.

Nesse viés, o projeto de Atendimento Jurídico se justifica substancialmente por ter como princípio a proteção dos direitos fundamentais, revelando-se como a efetivação, na prática, da democratização da Justiça, proporcionando à comunidade hipossuficiente a possibilidade de resolução de conflitos buscando o meio mais benéfico para ambas as partes, agindo de forma prática, célere e empática.

No que diz respeito à troca de saberes entre a equipe e a comunidade, o projeto extensionista se revela como uma chave essencial. Para os alunos envolvidos, a vivência com o projeto perpassa o simples aprender na prática, pois a extensão é capaz de desenvolver o sentimento de empatia perante o cidadão desamparado; é capaz de demonstrar que a população hipossuficiente necessita de um profissional qualificado que lute efetivamente por seus direitos; a extensão comprova aos acadêmicos que eles são instrumentos de transformação social. Ainda, para a comunidade, essa troca é significativa na busca e proteção de seus direitos, resolvendo suas lides de forma célere, eliminando a angústia e desamparo que a cerca.

#### **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Dessarte, o projeto de Atendimento Jurídico emerge como um dos meios essenciais para a inclusão social

justamente por sua natureza de ação social transformadora, que tem a capacidade de acolher e compreender as necessidades da comunidade. Dessa forma, é evidente que o projeto, além de estimular o desenvolvimento dos discentes e contribuir com as demandas da comunidade, se revela como um componente essencial na busca pela acessibilidade à Justiça, pela promoção da igualdade e inclusão social.

## REFERÊNCIAS

- VAZ, J. DA S.; PINTO, R. E. A. AUTOCOMPOSIÇÃO DE CONFLITOS: DA CULTURA DE LITIGÂNCIA À SOLUÇÃO CONSENSUAL. **Revista FIDES**, v. 7, n. 1, 30 dez. 2017.
- TANI, F. S; OLIVEIRA, V. C. de. A deficiência no acesso à Justiça. In: **XVIII CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI**, 2009, São Paulo. Anais CONPEDI, 2009. p. 9048-9063
- RODRIGUES, L. A. R. Extensão universitária: das práticas assistencialistas voluntárias ao reconhecimento acadêmico e social. **Revista de Extensão da Universidade de Pernambuco - REUPE**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 47–51, 2020. DOI: 10.56148/2675-2328reupe.v5n2.201.pp47-51. Disponível em: <https://www.revistaextensao.upe.br/index.php/reupe/article/view/201>. Acesso em: 2 nov. 2023.
- LANDO, G. A. .; CURADO DE SOUZA, . E. Conciliação e mediação no núcleo de prática jurídica da FCAP/UPE. **Revista de Extensão da Universidade de Pernambuco - REUPE**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 19–22, 2021. DOI: 10.56148/2675-2328reupe.v3n1.243.pp19-22. Disponível em: <https://www.revistaextensao.upe.br/index.php/reupe/article/view/243>. Acesso em: 6 nov. 2023.



# REUPE

REVISTA DE EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO